

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

FERNANDO CORRÊA DOS SANTOS

**UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA DA
RODOVIA INTEROCEÂNICA: BRASIL E PERU**

PORTO VELHO – RO

2015

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

FERNANDO CORRÊA DOS SANTOS

**UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA DA
RODOVIA INTEROCEÂNICA: BRASIL E PERU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, Departamento de Geografia, da Fundação Universidade Federal de Rondônia, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Josué da Costa Silva.

PORTO VELHO - RO

2015

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

S237a

Santos, Fernando Correa dos.

Uma análise Geopolítica da Rodovia Interoceânica. Brasil e Peru. Fernando Correa dos Santos, 2014.

90f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Rondônia /UNIR.

Orientador - Prof. Dr. Josué da Costa Silva.

1- Rodovia Interoceânica. 2- Geopolítica. 3- Amazônia. 4- Peru. 5- Brasil. I. Silva, Josué da Costa Silva. I. Título.

Bibliotecária Responsável: Cristiane Marina T. Girard CRB11/897

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FERNANDO CÔRREA DOS SANTOS

A Banca de defesa de Mestrado presidida pelo orientador **Prof. Dr. Josué da Costa Silva** e constituída pelos examinadores **Prof. Dr. Rodolfo de Freitas Jacarandá** e **Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva**, reuniram-se no dia 05 de dezembro de 2014, às 15 horas na sala Josué de Castro, Prédio do Mestrado em Geografia, sito no Campus Universitário José Ribeiro Filho, para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada **"UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA DA RODOVIA INTEROCEÂNICA"**, do mestrando Fernando Côrrea dos Santos, matrícula 201210521. Após a explanação do mestrando, e sua arguição pela Banca Examinadora, a referida DISSERTAÇÃO foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia foi considerada Aprovada. Conforme determinação do Colegiado do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, o candidato tem o prazo de até 90 (noventa) dias, a contar desta data, para realizar as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação.

Porto Velho, 05 de dezembro de 2014.


Prof. Dr. Josué de Costa Silva
Orientador


Prof. Dr. Rodolfo de Freitas Jacarandá
Examinador Externo


Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva
Examinador interno

“Nesta bacia drenada pelo rio por excelência, mais cedo ou mais tarde se há de concentrar a civilização do globo”.

Alexandre Humboldt

Dedico estes escritos aos meus pais Ezequias Araújo dos Santos e Josalva Corrêa Goularte e à minha companheira Elisa da Silva Miranda.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida.

Agradeço ao meu pai, Ezequias Araújo dos Santos e à minha mãe, Josalba Corrêa Goularte. Estes que tanto fizeram e tanto fazem para ver a felicidade de seus filhos. Felicidade incondicional.

Às minhas irmãs, Luzalba, Cláudia e Jussara. Estas me viram nascer e crescer. Com certeza me ensinaram alguma coisa. Como diria o poeta Alvares de Azevedo, *“Se eu morresse amanhã, viria ao menos fechar meus olhos minha triste irmã, minha mãe morreria de saudades, se eu morresse amanhã!”*.

Não poderia deixar de mencionar minha doce companheira. Esta que chegou à minha vida coincidentemente na gênese deste Mestrado. Acompanhou como uma sombra os murmúrios, lamentações, ardores e noites em claro, dignas de um mestrando. Grato pelo carinho e amor.

Agradeço à Fundação Universidade Federal de Rondônia. Instituição que cumpre em nosso tão jovem Estado, papel central na formação de Bacharéis, Mestres e Doutores. Estes são uns dos principais responsáveis pelo desenvolvimento científico de nosso Estado.

E dentro dela, sou grato ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, atualmente coordenado pela Dr^a. Maria Madalena de Aguiar Cavalcante. Muito grato pela organização e bravura deste Programa de Mestrado.

Agradeço a todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia. E principalmente, a meu Professor Orientador, Dr. Josué da Costa Silva. Foram aulas, conversas, encontros e orientações muito proveitosas e agradáveis.

A todos os funcionários e colaboradores do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia. Sem a estrutura física e uma logística favorável, ficaria mais difícil a conclusão desta etapa acadêmica.

Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico por apoiar a realização dessa pesquisa.

Por último, mas não menos importante. Sou eternamente grato ao Mestre José Gabriel da Costa. Um Senhor dotado de Sabedoria que também me instrui a trilhar a Ciência. Ao Mestre com carinho.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura A: Eixos de Integração da IIRSA	52
Figura B: Eixo Peru-Brasil-Bolívia	54
Figura C: Trajeto da Rodovia Interoceânica	56
Figura D: Corredores da Rodovia Interoceânica	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Acre.

ACE – Acordos de Complementação Econômica.

ALADI – Associação Latino-americana de Integração.

ALCA – Área do Livre Comércio das Américas.

APEC – Foro de Cooperação Econômica Ásia Pacífico.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CAF – Corporação Andina de Fomento.

CAN – Comunidade Andina de Nações.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CEPIAL – Congresso de Cultura e Educação para a Integração da América Latina.

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

EU – União Europeia.

FONPLATA - Fundo Para o Desenvolvimento da Bacia do Prata.

GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio.

IIRSA – Iniciativa de Integração Regional Sul Americana.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

NAFTA – Tratado Norte-americano de Livre Comércio.

OMC – Organização Mundial do Comércio.

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte.

OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

PR – Paraná.

PIB – Produto Interno Bruto.

RPA – Regiões Produtoras Agrícolas.

RO – Rondônia.

RPT – Regime de Preferências Tarifárias.

TRPD – Território, Representações e Políticas de Desenvolvimento.

UFAM – Universidade Federal do Amazonas.

UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia.

UFPR – Universidade Federal do Paraná.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo geral analisar a geopolítica na região amazônica com o advento da Rodovia Interoceânica que interliga o Peru e Brasil por via terrestre. A base conceitual filosófica é o marxismo dialético, que compreende na infraestrutura e superestrutura uma equação que tem como resultado implicações econômicas, políticas, sociais e ambientais. Essa abordagem interdisciplinar é fundamental para um entendimento exato do que ocorre na Amazônia no que diz respeito à megaprojetos de integração, administrados pela Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana - IIRSA. A problemática deste estudo está em relacionar o espaço numa concepção geopolítica que envolve poder e soberania, numa zona que perpassa a rede da Rodovia Interoceânica. Como os Estados do Peru e Brasil podem cooperar para que haja de fato uma integração física, política, econômica e socioambiental com a implementação da Rodovia Interoceânica? Portanto, primeiramente traçaram-se os parâmetros do método dialético, em seguida, no referencial teórico, tem-se em uma linha história concepções da geopolítica europeia, norte-americana e brasileira. Em se tratando da nacional, a ênfase recai sobre Bertha Becker, com seu olhar geopolítico sobre a Amazônia. A seguir, tem-se a descrição da Rodovia Interoceânica, objeto de estudo deste trabalho, dando ênfase na problemática da questão, tendo como hipótese que esta rodovia serviria, em grande medida, como corredor de exportação do agronegócio brasileiro. A região amazônica precisa ter sua soberania assegurada e as relações com nossos vizinhos latinos se tornarem mais legítimas.

PALAVRAS-CHAVES: Rodovia Interoceânica, Geopolítica, Amazônia, Peru, Brasil, Agronegócio.

ABSTRACT

This work has the objective to analyze the geopolitics in the Amazon region with the advent of the Interoceanic Highway that links Peru and Brazil by land. The conceptual basis is philosophical dialectical Marxism, comprising infrastructure and superstructure in an equation that results in economic, political, social and environmental implications. This interdisciplinary approach is essential for an accurate of what occurs in the Amazon with regard to the integration of megaprojects, administered by the Initiative for the Integration of South American Regional Infrastructure understanding - IIRSA. The problem of this study is to relate the space into a geopolitical concept that involves power and sovereignty in an area that goes through the network of the Interoceanic Highway. As the states of Peru and Brazil can cooperate so that there is indeed a physical integration, political, economic, social and environmental with the implementation of the Interoceanic Highway? So, first outlined the parameters of the dialectical method, then the theoretical framework, there is a line in history conceptions of European, North American and Brazilian geopolitics. Concerning the national, the emphasis is on Bertha Becker, with its geopolitical look on Amazon. The following is the description of the Interoceanic Highway, the object of study of this paper, with emphasis on the problem of question, on the assumption that this highway would serve largely as a corridor for export of Brazilian agribusiness. The Amazon region must have secured their sovereignty and relations with our Latin neighbors become more legitimate.

KEYWORDS: Interoceanic Highway, Geopolitics, Amazon, Peru, Brazil, Agribusiness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I – A DIALETICA MARXISTA	20
CAPÍTULO II – A GEOPOLITICA	31
2.1 Geografia e Relações Internacionais	33
2.2 A Geopolítica Clássica	36
2.3 A Geopolítica Brasileira	44
2.3.1 A Geopolítica de Bertha Becker	45
CAPÍTULO III - A RODOVIA INTEROCEANICA	51
3.1 Iniciativa de Integração Regional da Infraestrutura Sul-americana IIRSA	51
3.2 A Rodovia Interoceânica – Os dois lados da mesma moeda	56
3.3 Em busca do desenvolvimento	59
3.4 O avanço do agronegócio	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
ANEXO A	81
ANEXO B	85
ANEXO C	87

APRESENTAÇÃO

O interesse pelo estudo veio do berço. Meu pai e velho amigo, mesmo sem ter completado seus estudos, sempre me mostrou a importância da leitura. Sempre via meu pai ler revistas, jornais, livros, gibis. Em casa, na cidade de Ariquemes – RO, havia uma estante de mogno repleta de livros. Eram enciclopédias, compêndios, revistas que falavam de história, geografia, literatura.

O incentivo da minha mãe também era grande. Nossos pais são nossos primeiros professores. Em casa, lembro-me de conversas com meu pai, onde eu falava: *Quando eu crescer, quero ser diplomata!*. Meu pai falava que então, eu teria que estudar muito, saber outros idiomas. O tempo foi passando e o sonho de menino veio se moldando, até um dia poder se tornar realidade.

Em junho de 2006, recebi uma carta do Ministério da Educação, com a mensagem que eu fui pré-selecionado a receber uma bolsa de estudos integral para estudar Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em Belo Horizonte. A carta veio pelo simples motivo da boa nota no Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM.

De volta à Rondônia, agora com um Diploma de Relações Internacionais, o novinho começa uma Pós-Graduação em Metodologia e Didática do Ensino Superior. Título que lhe rendeu entrar para a Docência no Ensino Superior. As disciplinas de Filosofia, Teoria Política e Economia Política, ao invés de um trabalho, mais se confundem com um prazer.

Residindo em Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, surge a oportunidade de inscrição no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, pela Universidade Federal de Rondônia. A Geografia é uma área afim às Relações Internacionais. Então, o casamento parecia ideal.

Então, estudei o Edital de 2012, fiz o Projeto de Dissertação, realizei todas as avaliações, entrevistas e defesas necessárias para a aprovação. Agora,

iniciava-se uma grande jornada pela ciência geográfica, de muita leitura e escrita, sempre almejando mais conhecimento.

Em seguida, já matriculado no Programa de Pós-graduação, foi feita uma aproximação com a ciência geográfica, visto que o berço acadêmico deste autor são as Relações Internacionais. Então, as disciplinas Epistemologia da Geografia (2012/1), Geografia e Gênero (2012/1) e Cartografia Digital (2012/1) e também no semestre seguinte, Geografia Agrária (2012/2) e uma disciplina do Programa de Doutorado em Geografia da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Território, Representações e Sustentabilidade (2012/2) foram de extrema relevância para minha formação teórico-metodológica em Geografia e que me possibilitou um olhar ao mesmo tempo *latu senso* pelo mundo e *scrito senso* pela Geografia.

Em paralelo, foi feito um levantamento bibliográfico do tema da pesquisa. Recorremos à autores clássicos da Geografia que dessem subsídios para auxiliar a se chegar em nosso objetivo geral do trabalho. Portanto, a pesquisa foi feita principalmente em livros. E também a procura em artigos científicos, revistas especializadas e periódicos foi uma constante. Deu-se importância a alguns trabalhos indexados em bases de dados como o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Uma vez colhido uma quantidade suficiente para realizar as primeiras leituras, a compreender os conceitos e analisar alguns fenômenos, partiu-se para as primeiras escritas. Pareceu-me um momento de alfabetização na ciência geográfica. Neste momento tão crucial para o desenvolvimento do trabalho, é louvável o papel do orientador, que mostrou-me o caminho certo.

Em um Programa de Mestrado, as atividades não se limitam a apenas aulas expositivas. Exige-se um esforço extraclasse para dinamizar o conhecimento adquirido em sala de aula. Então, foram realizadas pesquisas para publicação em artigos, viagens para apresentação de trabalhos em Simpósios, auxílio na organização da XXX Semana de Geografia da UNIR além do Estágio Docência.

Seguindo o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, participei de um evento denominado III CEPIAL: Congresso de Cultura e Educação para a Integração da América Latina, na cidade de Curitiba – PR, entre os dias 15 a 20 de julho de 2012, na Universidade

Federal do Paraná – UFPR. Neste Simpósio, participei como Apresentador de Trabalho com o artigo intitulado *Aspectos Geopolíticos para a implementação da Rodovia Interoceânica para a cidade de Porto Velho*.

Também participei III Simpósio de Geografia Política em Manaus - AM, entre os dias 07 e 10 de maio de 2013 com carga horária de 40 horas, na Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Neste evento, apresentei um artigo intitulado *A Securitização do Narcotráfico na Fronteira Amazônica*. O artigo foi aprovado também para publicação na revista GEONORTE avaliada como B3.

Participei de uma atividade muito gratificante que foi auxiliar na organização do I Encontro Internacional de Geografia, Colonização, Território e Meio Ambiente; VII Encontro de Pós-Graduação em Geografia; XXX Semana de Geografia e I Seminário de Integração dos Territórios da Cidadania de Rondônia, ocorrido na Universidade Federal de Rondônia entre os dias 12 a 17 de novembro de 2012. Neste evento, apresentei um artigo intitulado, *Espaço, Território e Geopolítica na Região Amazônica* e ministrei um Minicurso intitulado *Geografia, Globalização e Relações Internacionais*.

Cumprindo com as demais exigências, realizei Estágio Docência com a disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia, no período do Segundo Semestre de 2012, sob a supervisão e orientação do Professor Dr. Josué da Costa Silva. Esta etapa foi muito importante, pela convivência com os alunos da Graduação em Geografia e também em lecionar na Universidade Federal de Rondônia.

INTRODUÇÃO

O objetivo principal desta dissertação é analisar a geopolítica da região amazônica com a implementação da Rodovia Interoceânica no eixo Brasil-Peru. E as consequências políticas, econômicas, sociais e ambientais que este megaprojeto de infraestrutura pode acarretar para a região.

A justificativa para este trabalho decorre de um interesse latente nas questões relacionadas à Amazônia. Desde a graduação, tratei em minha Monografia da problemática do narcotráfico na fronteira do Brasil com a Bolívia, mais precisamente nas cidades gêmeas de Guajará-Mirim e Guayara-Mirim. Agora, no Mestrado a preocupação é com a implementação de uma Rodovia que perpassa Estados nacionais, ou seja, envolve integração regional na América do Sul. No entanto, ela não é somente física e econômica, esta integração precisa ser política, social, ambiental e realmente se legitimar como uma política de Estado.

Referente à problemática da dissertação, ela visa justamente apontar indícios e argumentos que esta Rodovia Interoceânica está apenas servindo como corredor de exportação de produtos principalmente advindos do Centro-Oeste brasileiro e chegando aos mercados asiáticos, principalmente o chinês. Os estados de Rondônia, Acre e os departamentos peruanos que convivem com esta problemática, urgem por políticas de infraestrutura que abarquem também mecanismos políticos, sociais e ambientais, ou seja, que haja de fato desenvolvimento e não apenas crescimento econômico para determinados grupos.

Os procedimentos técnicos utilizados para a pesquisa são de base bibliográfica e documental. Foram estudados livros, textos, artigos, periódicos e revistas específicas da área de estudo e alguns documentos oficiais que evidenciam as articulações entre Brasil e Peru para concretizar uma integração sul-americana.

A dissertação está composta de três capítulos: O primeiro intitulado *A Dialética Marxista*, analisa por uma perspectiva teórico-metodológica o poder do método dialético para responder a pergunta de partida. Também neste capítulo,

são enumerados alguns conceitos relevantes da ciência geográfica e que tenha relação direta com este trabalho. É dada atenção à categoria espaço, na perspectiva de Milton Santos e as análises de David Harvey.

O segundo capítulo, *A Geopolítica*, foi feito um percurso histórico conceitual abrangente. A palavra geopolítica foi analisada desde o momento em que aparece até os dias atuais. Foram consideradas as escolas alemã, francesa, norte-americana e brasileira. Na escola brasileira, temos como referência para este trabalho, a compreensão de Bertha Becker.

No terceiro, tratamos exclusivamente da *Rodovia Interoceânica*. Neste capítulo descrevemos fisicamente o empreendimento e paralelo a isso, analisamos o papel da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana - IIRSA. Em seguida, analisamos os desdobramentos advindos da Rodovia Interoceânica para o Brasil e Peru e conseqüentemente, com a expansão do agronegócio, o fluxo de mercadorias que está se expandindo para o mercado asiático.

Nas Considerações Finais chega-se a uma ideia, partindo de uma visão dialética marxista, que a Rodovia Interoceânica está servindo ao capital nacional e internacional para escoamento da produção agrária no Brasil e a região ao entorno desta Rodovia, não está sendo contemplada com o desenvolvimento, pois o projeto não teve como ênfase os aspectos socioambientais, que garantissem maior qualidade de vida para as pessoas que vivem na região de influência da Rodovia Interoceânica.

CAPÍTULO I

A Dialética Marxista

Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência (Karl Marx).

A presente dissertação de Mestrado é intrinsecamente um trabalho teórico-metodológico. Realizou-se uma revisão bibliográfica do tema com vistas a dar um suporte à compreensão da Geografia Política e da Geopolítica na região onde perpassa a Rodovia Interoceânica. Para isso, foi necessário recorrer a vários critérios para a concretização desse trabalho e estes serão descritos e analisados a seguir.

Partindo de uma compreensão do método dialético, temos a contribuição de Sposito (2004) que afirma que o método dialético é aquele que procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as à contradição, para chegar então à verdade, fruto da razão. Então, através desse método, colocam-se duas ideias em contradição e o resultado dessa relação seria uma terceira ideia, mais elaborada que as primeiras.

Segundo Sposito (2004), para Platão a dialética é o processo pelo qual a alma se eleva, por degraus, das aparências sensíveis às realidades inteligíveis ou ideias. Então, o processo de conhecimento representa a progressiva passagem das sombras e imagens turvas ao luminoso universo das ideias, atravessando as etapas intermediárias. Cada fase da dialética encontra sua fundamentação e resolução na fase seguinte (PLATÃO, 1999).

Já para Aristóteles de Estagira, a dialética é a dedução feita a partir de premissas apenas prováveis fundada em premissas consideradas verdadeiras e

concluindo necessariamente pela força da forma (SPOSITO, 2004). Para o filósofo, as formas estão presentes nas coisas como a soma de suas qualidades particulares e isso é uma evidência de que o mais alto grau de realidade é o que nós percebemos com os sentidos porque é a natureza e somente ela que constitui o verdadeiro mundo.

Para Lefèbvre (1983, *apud* SPOSITO, 2004) é utilizando-se da dialética que os pesquisadores confrontam as opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições e contradições; e tentam elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo.

Santos (1986) contextualiza que para encontrarmos os fundamentos filosóficos da ciência geográfica no momento da sua construção entre o final do século XIX e o início do século XX, temos que ir buscá-los (...) em Hegel e Marx. No intuito de uma compreensão apurada da dialética, tem-se que recorrer à Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 – 1831). Segundo o pensador alemão, “tudo o que é real, é racional, e tudo o que é racional é real”. A realidade histórica desenvolve-se enquanto manifestação da razão, num processo incessante de auto superação desencadeado pelo conflito e pela contradição que lhe são inerentes. Tal é o movimento dialético, esse caminho que produz a si mesmo (QUINTANEIRO, 2003, p. 28).

De acordo com Hegel, o finito deve, portanto, ser apreendido a partir do seu oposto, o infinito, o universal, e é essa relação entre o particular e a totalidade que Hegel denomina unidade dialética (QUINTANEIRO, 2003). O fenômeno torna-se inteligível ao ser articulado à totalidade em que se insere ao ser constituído conceitualmente. Na base desse empreendimento está o sujeito que é quem realiza o esforço conceitual orientando a transcender a simples observação dos fatos, estruturando-os em um sistema totalizante.

Este, no entanto, será sempre transitório, passível de superação, devido ao auto movimento do conceito, que reflete a busca pela verdade em que se empenha o pensamento científico e filosófico. Aplicada aos fenômenos historicamente produzidos, a ótica dialética cuida de apontar as contradições constitutivas da vida social que resultam na negação e superação de uma determinada ordem.

No transcorrer do idealismo hegeliano para o materialismo dialético, Ludwig Feuerbach, foi um pensador chave. Na visão de Quintaneiro (2003)

Feuerbach sustentava que a alienação fundamental tem suas raízes no fenômeno religioso, que cinde a natureza humana, fazendo com que os homens se submetam a forças divinas, as quais, embora criadas por eles próprios, são percebidas como autônomas e superiores. O mundo religioso é concebido por ele como uma projeção fantástica da mente humana, por isso mesmo alienada. A supressão desse mundo, por meio da crítica religiosa, faria desaparecer a própria alienação, promovendo a liberação da consciência.

Nesse momento, Marx e Engels rebatem vigorosamente esta concepção, por considerarem tal crítica religiosa uma simples “luta contra frases” (QUINTANEIRO, 2003, p. 29). É nesse ponto que a teoria marxista articula a dialética e o materialismo sob uma perspectiva histórica, negando, assim, tanto o idealismo hegeliano quanto o materialismo dos neo-hegelianos. Isso resultou na reformulação não só da dialética como da concepção dos fundamentos da alienação (QUINTANEIRO, 2003).

É principalmente para Hegel e Feuerbach que Marx e Engels escrevem a frase: “Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de distintos modos, cabe transformá-lo”. De acordo com Marx e Engels, a alienação associa-se às condições materiais de vida e somente a transformação do processo de vida real, por meio da ação política, poderia extingui-la. Na sociedade capitalista, o sujeito que realiza as potencialidades da história é o proletariado, libertando a consciência alienada que atribui à realidade histórica uma aparência mágica, enfeitiçada (QUINTANEIRO, 2003, p. 30).

A análise da vida social deve, portanto, ser realizada através de uma perspectiva dialética, além de procurar estabelecer as leis de mudança que regem os fenômenos, esteja fundada no estudo dos fatos concretos, a fim de expor o movimento do real em seu conjunto. (...) Enquanto que não visão de Hegel a história da humanidade nada mais é do que a história do desenvolvimento do Espírito, Marx e Engels colocam como ponto de partida:

os indivíduos reais, pois sua ação e as suas condições materiais de existência, quer se trate daquelas que encontrou já elaboradas quando do seu aparecimento, quer das que ele próprio criou. (...) A primeira condição de toda a história humana é, evidentemente, a existência de seres humanos vivos (MARX, ENGELS, p. 18, *apud* QUINTANEIRO, 2003, p. 31).

Para Bottmore (1988, p. 101-102) citado por Sposito (2004, p. 42 - 43), a dialética de Hegel pode ser compreendida como processo lógico ou como o motor desse processo. Como processo lógico, o princípio do idealismo une duas tendências antigas da dialética, a ideia eleática da dialética como razão e a ideia jônica da dialética como processo, na noção da dialética como um processo que se autogera, auto diferencia e se auto particulariza. O resultado então é o chamado Absoluto hegeliano - que é o processo lógico ou dialético que se realiza pela própria alienação e estabelece sua unidade consigo mesmo reconhecendo essa alienação como nada mais que sua própria livre expressão ou manifestação.

Ainda de acordo com Sposito (2004), Marx vai fazer sua crítica à dialética hegeliana mostrando os limites do idealismo na interpretação das transformações do mundo. Ou seja, Marx afirma que a “mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede que ele tenha sido o primeiro a apresentar suas formas gerais do movimento de maneira abrangente. Com ele, a dialética está de cabeça para baixo” (SPOSITO, 2004, p. 43).

De acordo com Marx, a dialética compreende necessariamente a noção de movimento da História. Esse movimento ocorre quando, na confrontação de tese e antítese, a síntese contém aspectos positivos da tensão anterior, e apresenta-se como estágio superior que, por sua vez, se coloca também como uma nova tese. A História é a única ciência que deve existir, superando-se a divisão das ciências, que faz com que se tenha sempre uma visão parcial da sociedade (SPOSITO, 2004).

Harvey (1984, p. 248) citado por Sposito (2004, p. 45) explica que a grande dificuldade de se exprimir claramente o que Marx entendia por método residia no fato de que, abstratamente, o método só pode ser bem compreendido através de sua prática. Por isso, a ênfase é dada no materialismo e na afirmação de que a dialética hegeliana estava de cabeça para baixo, quando privilegia o espírito humano e não o ser humano como ser social.

Portanto, nesta acepção ao método dialético, convém mostrar aqui, como Bottmore (1988, p. 106) citado por Sposito (2004, p. 45) expõe os diferentes desdobramentos da dialética dentro da História da Filosofia:

(i) De Heráclito: As contradições dialéticas envolvendo oposições ou conflitos inclusivos de forças de origens não independentes, são identificadas por Marx como constitutivas do capitalismo e seu modo de produção; (ii) De Sócrates: A argumentação dialética é, de um lado, transformada sob o signo da luta de classes (...); (iii) De Platão: A razão dialética assumiu uma gama de conotações, desde flexibilidade conceitual e a novidade que, sujeitas a controles empíricos, lógicos e contextuais, desempenham papel crucial na descoberta e desenvolvimento científicos; (iv) De Plotino a Schiller: O processo dialético da unidade original, da separação histórica e da unidade diferenciada continuam, por outro lado, como os limites contrafatuais ou polos que a dialética sistemática da forma mercadoria de Marx deixa implícitos, e age, por outro lado, como uma espora na luta prática pelo socialismo; e (v) De Hegel: A intelegibilidade dialética é transformada em Marx, para incluir tanto a apresentação casualmente gerada de objetos sociais e sua crítica explicativa – em termos de suas condições de ser - , tanto as que são historicamente específicas e dependentes da práxis como as que autenticamente não o são.

Precisa-se portanto, de um método de investigação que possibilite ao pesquisador encontrar respostas plausíveis a sua pesquisa e que corrobore a sua problemática. Neste sentido, o método dialético marxista, analisado sob o viés geográfico, dá condições analíticas suficientemente fortes para se chegar a considerações sustentadas sobre o tema deste estudo.

Segundo Claval (2011), aqueles que concebem a epistemologia como um corpo de princípios para se empreender um trabalho, deveria agir da seguinte forma: o pesquisador faz perguntas (define uma problemática), fixa os limites nos quais tentará responder (trabalha sobre um *corpus* preciso) e indica os procedimentos que utilizará para chegar ao resultado (determina uma metodologia). Esta formulação, tão clara, não deveria estimular adesões? Não. Porque não é fiel à realidade do trabalho (...) o sentido dado às perguntas assim formuladas altera-se na medida em que se conhece melhor o que já havia sido escrito sobre o tema, em que se penetra mais longe no real, fazendo trabalho de campo, entrevistas ou medições de laboratórios e que surgem aproximações inesperadas.

Na perspectiva de Claval (2011) para compreender as relações que os homens mantêm com seu ambiente, é necessário analisar os seus tipos de vida. Em torno da interpretação destes, a querela do determinismo cedo se limita. Para Lucien Febvre, que é contra o determinismo, [ele] não ignora o peso do meio,

mas explica como os grupos humanos chegam, graças à sua inventividade, a superar as limitações daí resultantes (CLAVAL, 2011, p. 256).

Segundo Quaini (1983, p. 23) escrevendo sobre o determinismo e como este influenciou uma geração, afirma: “Graças à obra de Ratzel (...) ‘a geografia já está solidamente construída com objetos, tarefas e métodos próprios’ no final do século XIX. Também o determinismo de Ratzel aparece – e não podia ser de outro modo – mais que outra coisa, como exagero de algum crítico [Almagià]”.

Compreende-se, portanto, como depois de Ratzel, não há, segundo Almagià, geógrafo italiano do século XX, nenhuma outra revolução científica: toda ciência geográfica e também a geografia humana ‘progridem’ na linha traçada por Ratzel. De fato, Almagià não gasta nem uma palavra para citar a reação possibilista de Vidal De La Blache. É uma confirmação do fato de que este esboço histórico reflete uma tradição geográfica, como a italiana, que, nos anos 50, ainda se reconhece no ambientalismo de matriz positivista e se contrapõe à emancipação da geografia humana em nome da ‘geografia monista, integral, sintética’ (QUAINI, 1983, p. 24).

Portanto, com todas as reservas possíveis, as teses de T. S. Kuhn possuem numerosos elementos que, aplicados à ciência geográfica, permitem entender melhor o passado e o desenvolvimento da geografia: a existência de fases da ciência normal e de períodos revolucionários que, sem dúvida, podem ter distintas durações em diferentes países (CAPEL, 1983, p. 254).

Então, de acordo com Quaini (1983) a ‘melhor’ geografia determinista e descritiva pode-se, em parte, repetir o que Marx observa a propósito de Hegel: ‘não se deve recriminar Hegel pelo fato de descrever o Estado moderno como ele é, mas pelo fato de que ele *faz passar aquilo que é como sendo a essência do Estado*’. Do mesmo modo não se deve recriminar o determinismo pelo fato de descrever a submissão do homem à natureza, mas porque, não vendo a especificidade histórica e social desta dominação, a mistifica, interpretando-a como natural e biológica quando, na verdade, é somente social e historicamente determinada.

A Geografia Política se apodera de alguns princípios teórico-metodológicos do marxismo e reaparece entre 1975 e 1980 sob o efeito de uma reformulação da ideia de geopolítica por Yves Lacoste, durante algum tempo membro do partido comunista (CLAVAL, 2011, p. 281). “A ideia de que a Terra

é um todo, cujas partes são coordenadas, fornece à geografia um princípio de método cuja fecundidade parece maior à medida que se estende à sua aplicação” (BLACHE, *apud* CLAVAL, 2011, p. 160).

Para Capel (1983) a partir dos anos 1973 e 1974 nos Estados Unidos, a geografia radical passou a ser cada vez mais o sinônimo de geografia marxista. Em outros países, como a Alemanha e Itália, foi também o marxismo a corrente de pensamento que proporcionou o marco teórico para um novo enfoque radical.

Trabalhos sobre o imperialismo e acumulação capitalista, discussões sobre a aplicação da geografia ao conceito de modo de produção asiático, críticas à geografia industrial burguesa, investigações sobre novas experiências de planejamento urbano, sobre a função da ciência geográfica como formação política, assim como intenções de reescrever a história da geografia humana desde uma perspectiva que incorporasse conceitos marxistas, constituem exemplos de alguns caminhos seguidos pelos alemães (CAPEL, 1983).

Na Itália, depois de uma tardia chegada da revolução quantitativa, alguns dos geógrafos com mais sensibilidade haviam mostrado fazer novas ideias, se esforçaram também para incorporar a perspectiva marxista em suas investigações sobre as áreas urbanas e sobre questões de geografia econômica e social (CAPEL, 1983).

Entre as ciências sociais, escreve Lacoste – a geografia é sem dúvida aquela em que a análise marxista tem mais dificuldades para desenvolver-se. E não é por nenhuma razão institucional e sim por um motivo teórico: a pretendida ausência de uma reflexão marxista sobre o espaço (CAPEL, 1983).

Santos (1986, p. 113) em *Por Uma Geografia Nova*, é contundente ao afirmar: Quando se está mais preocupado com a geografia em si mesma como ciência formalizada e pouco ou nada com aquilo que é, na realidade, seu objeto de estudo, ou seja, o espaço, corre-se o grande risco de cair no erro condenado por Durkheim em relação aos sociólogos do seu tempo, o erro de trabalhar mais ou menos exclusivamente com conceitos do que com coisas.

Se uma ciência se define por seu objeto, nem sempre a conceituação da disciplina leva em conta esse objeto. Este é, particularmente, o caso da geografia, cuja preocupação com o seu – espaço social – foi sempre deixada em segundo plano. Compreende-se que essa falha é uma das causas do seu atraso no campo teórico-metodológico e tem responsabilidade pelo seu isolamento.

Insistimos em que não pode haver progresso científico sem meditação a propósito da forma como os diferentes aspectos da realidade são estudados (SANTOS, 1986).

O conceito de lugar – porção discreta de espaço total – teria precedido o conceito de espaço: Aristóteles já havia formulado esta ideia (...). O lugar é, antes de tudo, uma porção da face da terra identificada por um nome. Aquilo que torna o “lugar” específico é um objeto material ou um corpo. Uma análise simples mostra que um “lugar” é também um grupo de objetos materiais. Mas, de um ponto de vista puramente psicológico, o conceito de lugar nos é imposto antes do de espaço, do ponto de vista teórico e epistemológico, o conceito de espaço precede o conceito de lugar (SANTOS, 1986).

Para Brunet (1992) citado por Claval (2011) todo lugar é situado em relação a outros lugares, vias de comunicação, a lugares vizinhos; além disso, e talvez, sobretudo, é situado em malhas, redes e campos que contribuem para determinar as suas características e notadamente as suas dinâmicas. Em matéria de vida de relação, o que a análise de situação retém não é a distância bruta que separa os lugares, mas as facilidades de ligação que a organização do relevo, o traçado dos vales e a presença de vias de navegação oferecem: daí a insistência nas articulações das margens (CLAVAL, 2011, p. 146).

As relações entre gêneros de vida e meios não são, no entanto, mecânicos. E por isso, e após Lucien Febvre, que qualifica de possibilista a interpretação vidalina geográfica dos fatos sociais: a natureza propõe, mas são os homens que dispõe (FEBVRE, 1922, *apud* CLAVAL, 2011, p. 162). Para gerar e utilizar eficazmente uma rede rodoviária, por exemplo, tem-se que necessariamente representá-la. A lista das etapas que são necessárias num itinerário constitui, neste domínio, o instrumento fundamental.

A interpretação vidalina das organizações regionais complexas parte da ideia de totalidade. Dali, Vidal tira a ideia de conexidade: os fenômenos observados num ponto estão vinculados entre si e a realidade de escalas menores ou maiores. Essas relações explicam as estruturas que a geografia detecta na superfície da terra. O seu método de investigação baseia-se em uma incessante dialética de escalas (CLAVAL, 2011, p. 176 – 177).

Então, a maior parte dos processos puramente naturais em que se baseia a análise de situação depende, assim, da dinâmica dos fluidos presentes

na superfície da terra. As dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais da análise de situação implicam na consideração dos deslocamentos de pessoas das trocas de bens e dos fluxos de informações (CLAVAL, 2011).

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidade, etc. verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada (SANTOS, 2006).

Santos (2006), em se tratando da conceituação da principal categoria de análise da geografia:

o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 2006, p. 39).

Então, o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes (SANTOS, 2006). O espaço em discussão será transformado por meio de artificialidades. A construção da Rodovia Interoceânica terá o poder de modificar o sistema de objetos e sistema de ações. E o fator relevante colocado em questão seria a mudança geopolítica e necessariamente econômica, social e ambiental advinda destas transformações na região amazônica.

De acordo com Santos (2006) os objetos que se interessam à geografia não são objetos móveis, mas também imóveis, tal como uma cidade, uma barragem, uma estrada de rodagem, um porto, uma floresta, uma plantação, um lago, uma montanha. Tudo isso são objetos geográficos. Para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da terra, toda a herança que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora

do homem e se torna instrumento de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade.

No que diz respeito à ação, ela é um processo, mas um processo de propósito, segundo Morgenstern (1960, p. 34) citado por Santos (2006, p. 50), e no qual um agente, mudando alguma coisa, muda a si mesmo. Esses dois movimentos são concomitantes. Trata-se, de uma das ideias de base de Marx e Engels. Quando, através do trabalho, o homem exerce ação sobre a natureza, isto é, sobre o meio, ele muda a si mesmo, sua natureza íntima, ao mesmo tempo em que modifica a natureza externa.

As ações resultam de necessidades naturais ou criadas. Essas são materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais e afetivas, e que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos (SANTOS, 2006).

A história das chamadas relações entre sociedades e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade. Em cada feição da superfície da terra, o caminho que vai de uma situação a outra se dá de maneira particular; e a parte no 'natural' e do 'artificial' também varia, assim como muda as modalidades do seu tempo (SANTOS, 2006).

Na visão de Santos (2006, p. 177) mediante às redes, a aposta não é a ocupação de áreas, mas a preocupação de ativar pontos e linhas, ou de criar novos. As definições e conceituações se multiplicam, mas pode-se admitir que se enquadram em duas grandes matrizes: a que apenas considerou o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social.

Noção considerada como eminentemente geográfica no *Dicionário da geografia (Dictionnaire de la Géographie, 1970, p. 336-368)* dirigido por P. George, pode ser enxergada segundo, ao menos, três sentidos, conforme propõe H. Bakis (1993, p. 4): a) polarização de pontos de atração e difusão, que é o caso das redes urbanas; b) projeção abstrata, que é o caso dos meridianos e paralelos na cartografia do globo; e c) projeção concreta de linhas de relações e ligações que é o caso das redes hidrográficas, das redes técnicas territoriais

e, também, das redes de telecomunicações hertzianas, apesar da ausência de linhas e com uma estrutura física limitada aos nós (SANTOS, 2006).

Essa verdadeira instabilidade vai permitir a Roberto Lobato Corrêa (1993, p. 31) citado por Santos (2006) a se indagar ‘em que medida as grandes corporações, estruturas orgânica e espacialmente em forma de rede, alteram a divisão territorial do trabalho, isto é, a especialização produtiva das diversas áreas e os centros urbanos previamente existentes?

Graças aos progressos técnicos e às formas atuais de realização da vida econômica, cada vez mais as redes são globais: redes produtivas, de comércio, de transporte, de informação. Mas a forma mais acabada e eficaz de rede é dada pela atividade financeira graças à desmaterialização do dinheiro e ao seu uso instantâneo e generalizado. A noção de rede global se impõe nesta fase da história (SANTOS, 2006).

Por outro lado, diante da realidade ao mesmo tempo global e local das redes, a tentação é grande de opor, desse ponto de vista, uma sociedade local a uma sociedade nacional, um território local ao território nacional e, mesmo, uma formação socioeconômica local (ou regional) a uma formação socioeconômica nacional.

Uma das características do mundo atual são a exigência de fluidos para a circulação de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando os atores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade (SANTOS, 2006).

Criam-se objetos e lugares destinados a favorecer a fluidez: oleodutos, gasodutos, canais, autopistas, aeroportos, teleportos. Constroem-se edifícios telemáticos, bairros inteligentes, tecnopólos. Esses objetos transmitem valor às atividades que deles se utilizam. Nesse caso, podemos dizer que eles ‘circulam’. É como se, também, eles fossem fluxos (SANTOS, 2006).

A geografia deve trabalhar com uma noção de espaço que nele veja uma forma-conteúdo e considere os sistemas técnicos como uma união entre tempo e matéria, entre estabilidade e história. Desse modo, superaremos as dualidades que são, também direta ou indiretamente, as matrizes da maior parte das ambiguidades do discurso e do método da geografia.

De acordo Marx, citado por Harvey (2005) o Estado se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade. O uso do

Estado como instrumento de dominação de classe cria uma contradição adicional, ela tem que exercer seu poder em seu próprio interesse, enquanto afirma que suas ações são para o bem de todos. Portanto, essa contradição se revolve pelo emprego de duas estratégias.

De acordo com Harvey (2005), a primeira estratégia se encarrega de expressar a vontade de domínio e as instituições pelas quais essa vontade se manifesta, deve parecer independente e autônoma em seu funcionamento. A segunda estratégia para solucionar a contradição se baseia na conexão entre ideologia e Estado. Especificamente, os interesses de classe são capazes de ser transformados “num interesse geral ilusório”, pois ela pode, com sucesso, universalizar suas ideias como “ideias dominantes”. Provavelmente, esse será o caso que resulta do processo real de dominação.

Segundo Harvey (2005), a famosa máxima de que o Executivo do Estado é apenas um comitê para gerenciar os negócios do conjunto da burguesia foi elaborada como resposta polêmica à asserção difundida e ilusória que o Estado expressava os interesses comuns de todos. Podemos começar a desenvolver tal entendimento básico mostrando como o imperativo do Estado em relação à necessidade preenche certas funções básicas se for para o capitalismo se reproduzir como sistema contínuo. As relações sociais de troca e de valor de troca, que se situam no centro do modo capitalista de produção, pressupõe.

1. O conceito de pessoa jurídica ou pessoa física, ambas pessoas despidas de todos os laços de dependência pessoal (como aqueles característicos da época escravocrata ou feudal), é, aparentemente, livre para entrar em conflito entre si e se envolverem em trocas dentro dessa liberdade (MARX, 1973, citado por HARVEY, 2005).
2. Um sistema de direito de propriedade, que assegure que os indivíduos obtém o domínio sobre os valores de uso apenas mediante a propriedade ou à troca (HARVEY, 2005).
3. Um padrão comum do valor em troca, de modo que envolva apenas a troca de valores equivalentes, significando que os indivíduos se abordam no mercado essencialmente como iguais,

no que diz respeito a medida de troca. O dinheiro é, em resumo, o grande nivelador (MARX, 1973, citado por HARVEY, 2005).

4. A condição, na troca, de dependência recíproca, resultante do fato de que toda produção do indivíduo depende da produção e do consumo de todos os outros indivíduos.

Ainda para Harvey (2005), o Estado capitalista se torna a forma de organização que o burguês necessariamente adota para propósitos internos e externos, para a garantia mútua das suas propriedades e dos seus interesses. O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho. Se fosse diferente, o capitalismo não se sustentaria por muito tempo. Além disso, como o capital é essencialmente antagônico ao trabalho, Marx considera o Estado um veículo por meio do qual a violência coletiva da classe burguesa oprime o trabalho. O corolário é, naturalmente, que o Estado burguês deve ser destruído para se alcançar uma sociedade sem classes.

O Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de bens públicos e infraestruturas sociais e físicas, pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro. Além disso, o Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro. Em todos esses aspectos, a intervenção do Estado é necessária, pois um sistema com base no interesse próprio e na competição não é capaz de expressar o interesse de classe coletivo.

CAPÍTULO II

A Geopolítica

A estrutura espacial do Brasil, tal como hoje se apresenta, reflete as transformações efetuadas no âmago de sua economia no correr do século XX: o abalo da economia agrícola tradicional de exportação e o desenvolvimento paralelo da moderna economia industrial. Três fatores podem ser identificados no processo de crescimento econômico brasileiro, a que correspondem estruturas espaciais diversas: a fase da exploração de recursos, intensificada no último quartel do século XIX, a da substituição de importações e a da integração nacional (Bertha Becker, 2010, p. 26).

2.1 Geografia e Relações Internacionais

No estado da arte, no primeiro momento, vamos nos ater às inter-relações entre a Geografia e as Relações Internacionais; em seguida, descreveremos alguns paradigmas geopolíticos clássicos das chamadas escola determinista e escola possibilista; por fim, abordaremos os pressupostos defendidos pela geógrafa Berta Becker sobre geopolítica, principalmente relacionados à território em uma visão dialética.

O mundo em que vivemos é um espaço diversificado, altamente dividido. A superfície da terra é repartida das mais diversas formas: política e fisicamente, econômica e culturalmente. As divisões políticas estão na “*raison d’être*” da Geografia (GOTTMANN, 1951). Por isso, para compreender a conjuntura atual, temos que ter uma visão ao mesmo tempo micro e macro da realidade em que vivemos.

Há uma convicção muita velha e bastante natural de que a Geografia é um fator relevante nas Relações Internacionais. (...) A questão tem um significado profundo para os geógrafos como também para os cientistas políticos que lidam com os negócios internacionais. O enfoque da Geografia como elemento determinante no estudo das Relações Internacionais possui um significado diferente; a fim de avaliar isto, nós temos que formular uma definição dos métodos e objetivos da própria Geografia, tarefa que já realizamos anteriormente na Metodologia, com vistas a compreendermos o nosso enfoque.

As Relações Internacionais sempre estiveram relacionadas numa certa ordem a ser mantida ou melhorada, no todo ou em parte da superfície da terra. A Geografia estuda a ordem existente, registra isto na forma simplificada mais conveniente dos mapas, explica a conjunção dos fatores físicos e descreve a distribuição da população e as formas de colonização (GOTTMAM, 1951, p. 2).

Cada grupo faz do ambiente o que eles pensam que deveriam fazer. Eles não pensam de forma semelhante. Em um espaço, já diferenciado por natureza, esta diversidade das mentes das pessoas, do espírito das nações, cria mais transformações. A diferenciação do espaço acessível aos homens parece ser a razão de ser da Geografia e das Relações Internacionais (GOTTMAM, 1951). Com essa visão, o autor aponta diversas correlações entre as duas ciências, explicita-se que as mesmas têm que lidar com heterogeneidades, e que esta característica, lhes fazem robustas e as aproximam.

Em tempos modernos, o elemento Atlântico tornou-se pelo menos tão importante quanto era o Mediterrâneo em épocas fenícias. Assim, parece que as mesmas dificuldades estão no caminho do geógrafo e do estudante de relações internacionais. Os dois campos estão muito intimamente conectados, embora faltasse alguma mutualidade entre tais disciplinas.

A Geografia e as Relações Internacionais, cada uma ao seu modo, com sua epistemologia, paradigmas e refutações, compartilham de objetos semelhantes. Quando a Geografia estuda o espaço, ao mesmo tempo, as Relações Internacionais vão analisar se este espaço é internacional, sendo necessário estudar questões sobre fronteira, território, redes, soberania e assim, se conectam as duas ciências.

Seguindo Bertha Becker (2010) apoiada nos princípios do paradigma do realismo político, a geopolítica reforça a tradição político-geográfica dos estudos

focados no Estado. Para a autora, os estudos geopolíticos clássicos reconhecem o Estado como o único protagonista das Relações Internacionais, depreende-se desse reconhecimento à ideia de que o Estado é a única fonte de poder. Essa concepção unidirecional do poder rendeu à geopolítica clássica o rótulo de 'estadocêntrica', conforme afirma Raffestin (1993).

O realismo político, com suas raízes históricas em Tucídides, Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes, tem as seguintes características: a) política interna e política internacional são consideradas áreas distintas e independentes entre si; b) somente os Estados são reconhecidos como atores internacionais; e c) o poder traduzido na possibilidade de usar a força é a sua obsessão (BECKER, 2010).

O teórico norte-americano Hans Morgenthau (2003) consolida nos Estados Unidos a sua teoria do realismo político, sistematizando o que denominou de seus princípios, a saber:

- 1- A política, tal como a sociedade é governada por leis objetivas, comparáveis à luta pela sobrevivência, refletindo-se na conduta dos Estados;
- 2- Todo e qualquer interesse – político, econômico ou cultural – dos atores internacionais deve ser traduzido na pretensão de alcançar mais poder;
- 3- O conceito chave de interesse definido como poder é uma categoria objetiva com validade universal;
- 4- Não existem regras morais e universais aplicáveis a todas as situações e ações dos Estados;
- 5- O sistema internacional é absolutamente anárquico, isto é, desprovido de qualquer regulação supranacional;
- 6- Consagra a separação entre a política interna e a política externa dos Estados, ou seja, é o 'império dos mais fortes'.

Segundo Becker (2010) esse paradigma realista ou clássico elucida a orientação das primeiras elaborações das ideias geopolíticas, a começar pela obra magistral de Ratzel, ainda no final do século XIX. Anos mais tarde, surgiram demais teorias de Relações Internacionais com outros aspectos. No entanto, com vistas à Geopolítica, esta bebe na fonte realista da ciência política.

2.2A Geopolítica Clássica

Faz-se necessário construir um panorama das principais linhas de pensamento dentro da Geopolítica Clássica. Vamos nos ater à perspectiva determinista e em seguida, a possibilista. Em seguida, traçar uma análise da abordagem da geopolítica brasileira, com ênfase nas ideias de Bertha Becker, e mais precisamente, sua compreensão acerca da Amazônia.

O sueco germanófilo Rudolf Kjéllen (1864-1922), professor de ciência política da Universidade de Upsala, foi o primeiro a utilizar o termo “geopolítica”. Sua obra, editada em 1916 e significativamente intitulada *O Estado como manifestação da vida*, define: Geopolítica é a ciência que concebe o Estado como um organismo geográfico ou como um fenômeno no espaço. Mas foi na Alemanha do Reich nazista que a nova doutrina institucionalizou-se, ganhando cidadania universitária e teórica (MAGNOLI, 1981).

Estes autores clássicos da Geopolítica apresentaram suas ideias num contexto que se poderia caracterizar como ‘era pré-nuclear’, indicando com isso que outras hipóteses foram sugeridas após a Segunda Guerra-Mundial. As hipóteses aqui mencionadas seguiram, fundamentalmente, dois princípios ou parâmetros: a) a distribuição de terras e mares; e b) a busca por espaços autárquicos. A combinação desses parâmetros explica, em grande medida, os propósitos daquelas hipóteses, bem como a preocupação que os conceptores tinham com relação à questão nacional, isto é, a afirmação de seus respectivos Estados no jogo geopolítico mundial (BECKER, 2010).

A Geografia de Friedrich Ratzel (1844-1904), conhecida como geografia determinista, aparece como uma tentativa de explicação da diversidade humana na superfície da Terra, baseada em uma teoria da organização.

trata-se de uma visão organicista fundamentada na história do devir do Estado. Confrontando às múltiplas adaptações dos homens e das sociedades aos seus ambientes, Ratzel elabora um sistema de classificação que repousa sobre alguns postulados maiores [...], dos quais o principal parece ser o imperativo de crescimento dos povos e da expressão orgânica de seu desenvolvimento (AMORIM FILHO, 1994).

Com efeito, para Ratzel, uma sociedade que não cresce e que não se estende é uma sociedade decadente, fraca e sem futuro, que será empurrada para fora do cenário histórico por uma sociedade mais forte (OSWALDO BUENO, 1994). Para Magnoli (1981), Ratzel, é influenciado pelo organicismo de fundo biológico, o qual concebia o Estado como emanção natural da sociedade destinada à defesa do território. Ao formular suas ‘leis da expansão espacial dos Estados’, define o progresso como crescimento territorial. Dessas “leis” origina-se o conceito de *Lebensraum* – espaço vital -, razão de equilíbrio entre a população de determinada sociedade, seus recursos naturais e seu território potencial.

O edifício ratzeliano se constrói através de um empréstimo à filosofia hegeliana do Estado e às teses do darwinismo social. Nas palavras de Amorim Filho (1994) temos.

transitando por Herbert Spencer, Ernst Haeckel e Oscar Peschel (...) ele [Ratzel] pensa, então, o mundo e a história como a realização de um plano no qual a grandeza das sociedades só poderia se exprimir pela grandeza do Estado, submetendo-se aí o Estado germânico nesse fim de século XIX.

O homem é um espírito da natureza e que a natureza é um espírito nele: a cultura tem a capacidade de modular totalmente os homens e efetuou, ao longo de seu desenvolvimento infinito e mutável, englobando toda a terra, uma grande seleção de povos (OSWALDO BUENO, 1994).

O critério da ligação com o solo é determinante, na lógica ratzeliana, para o estabelecimento de uma hierarquia dos povos da Terra, baseada na função e no funcionamento do Estado. Nesta acepção, escreve Ratzel sobre o solo e o Estado:

Para além do clã, todo crescimento da sociedade é, na realidade, um crescimento do Estado. Se muitos clãs estabelecem uma aliança ofensiva ou defensiva, a confederação que formam por sua união não é ainda um Estado. O Estado se desprende então sucessivamente do grupo econômico, depois do grupo familiar, os domina e os envolve. Então, se chega à fase em que o Estado é o único grupo que pode receber uma extensão territorial contínua. É dessa maneira que cresceu cada vez mais até formar impérios que abarcam quase

continentes; e o limite extremo desse desenvolvimento não foi ainda atingido (RATZEL, 1983, p. 5).

A vontade e a capacidade de expansão territorial de um Estado da qual coloca o Estado em expansão, o conquistador; e embaixo, o Estado voltado para si mesmo, o que significa recuo e atrofia em sua existência. Esta hierarquia repousa sobre dois fatores essenciais: as duas combinações, que ele opera, de um lado, entre o estado como organismo e o estado como espírito da história e, de outro lado, entre a ideia de vitalidade de um povo e aquela de expansão (AMORIM FILHO, 1994).

Ratzel vai postular que “o movimento é uma propriedade altamente decisiva para a expansão geográfica de um povo (...), um fator de progresso e de elevação”. Neste sentido, Ratzel afirma:

que não é entre os pastores nômades que a ligação com o solo está em seu mínimo; com efeito eles retornam sempre às mesmas pastagens. Ela é muito mais fraca entre os agricultores da África tropical e das Américas que, a cada dois anos aproximadamente, deixam seus campos de milho ou mandioca para a eles nunca mais retornar. (...) Mais acima, se encontram os agricultores nômades dos países tropicais; depois, os povos pastores que, nas diferentes regiões da Ásia, há séculos se mantêm sobre o mesmo solo. E é somente então que vêm os agricultores sedentários, estabelecidos em aldeias fixas, e os povos civilizados, igualmente sedentários, dos quais a cidade é como que o símbolo (RATZEL, 1983, p. 3).

Daí que, com tal projeto científico naturalizante, ele só pode considerar o colonialismo como simples expansão de uma certa forma de Estado evoluído, cujo dinamismo necessita, para conservar sua plena vitalidade, da ampliação de suas fronteiras para outras terras (...) (AMORIM FILHO, 1994).

Entre o movimento da vida, que jamais cessa, e o espaço da terra (cuja extensão total) jamais muda, existe uma contradição. Dessa contradição nasce a luta pelo espaço. Do mesmo modo que uma árvore tem necessidade de luz e de ar para crescer, os povos arianos tinham necessidade de vastos espaços, para que cada um deles alcançasse a autonomia necessária para garantir a originalidade de seus diversos ramos.

Tem-se também a abordagem de Mackinder (1861-1947), geógrafo e Sir da Coroa Britânica. Sua hipótese é a mais difundida e se presta a exames ainda hoje para testar sua atualidade. Originalmente, foi apresentada em 1904, no artigo intitulado “O pivô geográfico da História”.

Neste artigo, o autor apresenta o conceito de *heartland* (o coração da terra) o qual representaria o próprio pivô que consta do título. Essa área pivô, o *heartland*, representava-se e estendia-se do Himalaia ao Ártico e do rio Volga ao Yang-Tsé, representava um espaço autárquico devido à sua extensão, possibilidade de circulação ampla e gama de recursos. Também se constituía numa fortaleza natural, numa posição estratégica e inacessível aos ataques militares por via marítima. Em função dessas características do *heartland* e de sua relação com as terras de seu entorno, Mackinder enuncia a sua hipótese numa frase síntese: quem dominar o leste da Europa domina o *heartland*, quem dominar o *heartland*, dominará a Ilha-Mundo, e quem dominar a Ilha-Mundo dominará o mundo.

A hipótese de Mackinder é revista pelo próprio autor em dois momentos; um em 1919 e outro em 1943. Na última revisão, Mackinder expande a área apresentada pelo *heartland* e apresenta outro conceito estratégico, que é o *Midland ocean*. Este último conceito encerra a visibilidade de controle de uma área marítima estratégica, complementar ao controle do *heartland*. É assim que o geógrafo britânico vislumbra o potencial geoestratégico do Atlântico Norte. É importante ressaltar que, logo após a sua morte, cria-se a aliança militar denominada Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN (BECKER, 2010).

Outra hipótese geopolítica merecedora de ressaltar é a do geógrafo, militar e diplomata Karl Haushofer (1869-1946). Trata-se de uma hipótese sobre o poder terrestre, orientada por uma ordem internacional idealizada a partir da perspectiva de assegurar, a algumas potências, zonas de influência bastante extensas, ou seja, efetivos espaços autárquicos controlados por Estados específicos (BECKER, 2010).

Segundo Haushofer (1986), para explicar em grandes linhas e conhecer o termo Geopolítica, as fórmulas mais fortes, a essência e os objetivos da geopolítica, o melhor é voltar-se primeiramente para os lugares, que não estão de modo algum afastados – não importa quão antiga seja a geopolítica em sua

essência e sua prática de onde veio o primeiro apelo em favor de uma geopolítica com fundamento teórico e científico.

Ao longo do século XIX, com diversas contribuições teóricas para o termo, a geopolítica continuou naturalmente a desenvolver-se de uma maneira muito viva, em sua combinação de Geografia, de História, de Ciência Política, de Economia Política e de Sociologia, notadamente sob a forte impressão causada pelos franceses, consecutivos à Guerra Mundial (HAUSHOTER, 1986).

Na visão do referido autor, um conhecimento real e científico da Geopolítica deve necessariamente escapar a toda consideração preconceituosa ou partidária, e deve ser igualmente verdadeiro tanto para a extrema esquerda, quanto para a extrema direita. Aqui, ele se refere numa elaboração de uma lei geral, apartidária, sem levar em consideração outros pressupostos, a não ser os científicos. Isto de maneira que, aquele que possui uma experiência e um conhecimento geopolítico, deve desempenhar melhor a direção política de um Estado, do que aquele que não possui esse requisito, não importando a ideologia ou partido ao qual pertença.

Outro autor de uma hipótese geoestratégica sobre o poder mundial a merecer destaque é o almirante norte-americano Alfred Mahan (1840-1914). “O autor em foco estava interessado na reflexão sobre o poder marítimo e escreve, em 1892, o livro intitulado “The influence of sea power upon French empire and revolution (1793-1812)”. Entretanto, Mahan não se interessava apenas pelos oceanos. Em seu trabalho “Problema da Ásia” de 1900, ele sublinha a importância daquilo que Mackinder denominaria alguns anos mais tarde de *heartland*.

O almirante vislumbrava, ainda, numerosas semelhanças entre a Inglaterra e os Estados Unidos, e publica em 1897 um texto no qual expõe os interesses dos Estados Unidos no poder marítimo. Neste trabalho, o autor apresenta alguns pontos, a saber: a) associação dos Estados Unidos com o poder naval britânico; b) oposição às pretensões alemãs sobre os mares; c) vigilância sobre a expansão previsível do Japão sobre o Pacífico; e d) defesa coordenada dos europeus e americanos contra os povos da Ásia (BECKER, 2010).

Quanto à posição do território dos Estados Unidos, entre os oceanos Atlântico e Pacífico, Mahan assinala a necessidade de interligação rápida entre

as suas costas, daí, segundo o almirante, a necessidade urgente de um canal no istmo do Panamá. Este canal foi concretizado, sob forte influência econômica dos Estados Unidos (BECKER, 2010).

Nicholas Spykman (1893-1943) é um norte-americano de origem holandesa que apresentou uma visão crítica aos trabalhos de H. Mackinder e de K. Haushofer, expondo sua própria hipótese geoestratégica sobre o poder mundial (BECKER, 2010).

No final da Segunda Guerra Mundial Nicholas Spykman (1994) ofereceu subsídios à hegemonia americana, reafirmando o poder marítimo. Ainda seguindo a visão de Mackinder, elegeu como área estratégica para o poder o *'rimland'*, as terras peninsulares da Eurásia, onde se concentram a população, os recursos e as linhas marítimas. Parodiando Mackinder, estabeleceu que quem controlasse o *'rimland'* controlaria o mundo, alertando para a necessidade de impedir o domínio da Alemanha nessas terras através de múltiplas coligações dos EUA com outros Estados da América, Europa e Extremo Oriente (BECKER, 1995).

Na prática, a estratégia sugerida por Spykman foi seguida após a Segunda Guerra Mundial; organizou-se a contenção e o cerco da [então] União Soviética para conter a sua expansão, mediante poderoso cinturão de coligação a sua volta (BECKER, 1995).

No que concerne à geografia possibilista, ela encontrou seus animadores na França, de Vidal de La Blache e os geógrafos Albert Demangeon (1872-1940), Jean Brunhes (1869-1930), Camille Vallaux (1870-1945) e Jean Gottmann (1915-1994). No espírito destes geógrafos franceses, não se trata certamente de contestar a influência evidente das condições naturais sobre a desigualdade dos recursos e sobre a diversidade dos gêneros de vida, ou a importância da posição respectiva dos grupos de população. Mas todos insistem no papel das iniciativas humanas, que enfraqueceram a influência do meio geográfico (DIAMOND, *sem data*, p. 18).

Atitude análoga tomaram os historiadores mais convencidos da convergência entre a geografia e a história. Os ambientes naturais, afirma Lucien Febvre (1878-1956), dão às sociedades humanas "possibilidades"; mas o homem é que permanece "senhor dessas possibilidades". O meio geográfico, assevera também Fernand Braudel, (1902-1985) não é senão um "fator parcial

de interpretação", porque "ele não constrange os homens irremissivelmente". O estudo desse meio não pode, portanto, dar indicações válidas para todos os séculos e para todos os estados de civilização. E Jacques Ancel (1879-1942), que critica a noção ratzeliana do "espaço", dá ênfase também ao papel do homem de seu gênero de vida e de sua mentalidade (DIAMOND, *sem data*, p. 18).

Então, para se contrapor à corrente do determinismo geográfico, a escola possibilista apoia-se na premissa de que o homem é que constitui o principal elemento da natureza. Segundo Miyamoto (1995), considera que o homem é um fator geográfico porque pode manipular os recursos existentes, seja aproveitando as quedas d'água, seja por meio dos próprios instrumentos por ele criados. Nessas condições, o homem colabora com todas as energias agrupadas e associadas segundo as condições do meio (e) entra no jogo da natureza (LA BLACHE, 1954, p. 42 *apud* MIYAMOTO, 1995).

Portanto, para a escola possibilista, a geografia pode facilitar, mas não determinar, a ação do homem. Ela pode propiciar recursos e fornecer elementos, tornando viável um melhor aproveitamento das potencialidades do território, facilitando conseqüentemente o desenvolvimento do local, principalmente quando analisados sob o viés da geopolítica, pois esta facilita a ação do Estado em seu sentido estratégico e de poder.

Segundo a perspectiva de Ribeiro (2011) admitindo o legado de Vidal De La Blache como aberto à inspeção e à renovação em virtude dos dilemas e das inquietações colocados pelo presente em relação ao passado, temos ensaiado construir, ainda que de maneira embrionária, um caminho analítico em torno da Geografia de Vidal De La Blache. Para o referido autor, está mais do que na hora de ultrapassarmos uma leitura simplista de uma vertente geográfica francesa que se opunha ao germanismo imperialista. Para tanto, tal como expressamos noutra ocasião, devemos compreendê-la, sobretudo como um 'paradigma' de uma era, que recolhe e examina as grandes questões que afligiam a Europa de então.

Para Ribeiro (2011) estamos diante de um geógrafo que aperfeiçoou um método de investigação bastante rico para a época, contemplando sobremaneira os seguintes pontos: (i) correlação, encadeamento e articulação entre as partes

e o todo, reconhecendo aspectos particulares, porém sempre atrelados à unidade terrestre — principal item metodológico de Vidal:

a ideia de que a Terra é um todo, no qual as partes estão coordenadas, proporciona à Geografia um princípio de método cuja fecundidade aparece melhor à medida que se amplia a sua aplicação. Se nada existe isoladamente no organismo terrestre, se em todo lugar repercutem as leis gerais, de modo que não se possa tocar uma parte sem provocar todo um encadeamento de causas e de efeitos, a tarefa do geógrafo toma um caráter diferente daquele que às vezes lhe é atribuído. Qualquer que seja a fração da Terra que estude, ele não pode nela se fechar. Um elemento geral se introduz em todo estudo local. Não há de fato área em que a fisionomia não dependa de influências múltiplas e longínquas das quais importa determinar o local de origem. Cada área age imediatamente sobre sua vizinha e é influenciada por ela. Fora mesmo de toda relação de vizinhança, a ação cada vez melhor reconhecida de leis gerais se traduz por afinidades de formas ou de climas que, sem alterar a individualidade própria de cada área, marca-a com características análogas. Estas analogias ou “conformidades”, seguindo o termo muito conhecido de Bacon, desde que o homem começou a dominar o conjunto dos fenômenos terrestres, chamaram a sua atenção. Muitas podem ser apenas aparentes, mas outras são reais; elas são fundadas, não sobre puros encontros exteriores, mas sobre relações de origem e de causas. Entre estas a aproximação se impõe, pois cada uma proporciona à outra seu tributo de explicação. O geógrafo é levado assim a projetar sobre o objeto que estuda todo o esclarecimento fornecido pela comparação de casos análogos (LA BLACHE, 1903, p. 223 *apud* RIBEIRO, 2011, p.8).

Seguindo essa linha de raciocínio, temos em Vidal De La Blache a natureza como fonte de inspiração em termos de totalidade, dinamismo, coordenação e estabilidade/mudança (no que tange à temporalidade), enfatizando assim os métodos das Ciências Naturais. Para este autor, a geografia humana merece esse nome porque:

estuda a fisionomia terrestre modificada pelo homem; nisso ela é geografia. Ela não encara os fatos humanos senão em sua relação com a superfície onde se desenvolve o drama múltiplo da concorrência dos seres vivos. Há, portanto, fatos sociais e políticos que não entram em sua competência, que se ligam a ela apenas indiretamente e, assim, não há por que ela se ocupar deles. A despeito desta restrição, ela mantém inúmeros pontos de contato com essa ordem de fatos. No entanto, este ramo da geografia tem a mesma origem que a geografia botânica e zoológica. É delas que ela extrai sua perspectiva. O método é análogo, porém bem mais delicado na manipulação — como em toda

ciência onde a inteligência e a vontade humanas estão em jogo (LA BLACHE, 1903:223- 224, *apud* RIBEIRO, 2011, p. 9).

Ainda seguindo os argumentos de Ribeiro (2011), podemos fazer uma síntese que representa a epistemologia geográfica vidaliana, a hipótese do autor seria um tipo original de *démarche* (nunca claramente enunciada desta forma) que, indo do território (em sua acepção mais física) ao homem e retornando ao território (agora modificado), admite um triplo movimento, capaz de distinguir a Geografia das demais ciências, a saber: 1- o epistemológico, concernente à relação homem-meio e seus desdobramentos; 2- o histórico, atinente à transformação humana da natureza através da técnica e da cultura; e 3- o político, incidindo nas disputas espaciais promovidas, notadamente, por Estados Nacionais e Impérios.

2.3A Geopolítica Brasileira

Partiremos agora, para uma descrição do pensamento geopolítico brasileiro ao longo dos anos, para com isso, nos adentrarmos à visão de Bertha Becker, que dentro do pensamento geopolítico brasileiro, possui uma avançada compreensão da Geopolítica. Antes, trataremos alguns parâmetros sobre a Pan-Amazônia.

A Pan-Amazônia é a maior floresta tropical e bacia hidrográfica do mundo, conta com 7,8 milhões de quilômetros quadrados distribuídos entre 9 países. Os dados indicam que sua área equivale a 60% da superfície da América Latina e que o Brasil é detentor da maior parte de todo esse território, com 78,8% da área total (PENNA FILHO, 2013).

Alguns outros dados indicam a dimensão econômica amazônica brasileira. Assim, a chamada Amazônia Legal detém 59% do território brasileiro e possui 11.300 quilômetros de fronteiras com sete países vizinhos. Apenas do lado brasileiro esse imenso território possui uma população de 25 milhões de habitantes, abriga 56% da população indígena do país, conta com vastas áreas

esparsamente ocupadas e nas quais a maior parte de seus habitantes se concentra nas cidades de Manaus e Belém (PENNA FILHO, 2013).

Temos no Brasil, o pensamento de José Bonifácio de Andrade e Silva, que preconizou a interiorização da capital federal e a criação de um sistema de transportes terrestres convergentes para essa nova capital. Seguido de Alberto Torres e Oliveira Viana, que defenderam a necessidade de o governo ajustar sua política às realidades do País. Em seguida, tem-se Mário Travassos, que apresenta projetos para a política de transportes terrestres no interior do Brasil, como os atualmente chamados “corredores de exportação” e outros visando a ligações com países vizinhos, como a ligação do Atlântico com o Pacífico pela transposição dos Andes.

Seguindo a linha da geopolítica militar, temos Backheuser, que apontava uma fraqueza na defesa de nossas fronteiras continentais com pequenos contingentes militares encarregados de vigiar grandes extensões. Seguido de Lysias Rodrigues, que estuda o processo de desenvolvimento aéreo e sugere sua inserção no sistema viário nacional. Dentro da esfera militar, se destaca o pensamento estratégico de Golbery, que promoveu uma rearticulação do território, visando a sua integração definitiva e de desenvolvimento em todo espaço nacional. Sua atenção maior era a Amazônia. Propôs uma sólida política de articulação diplomática objetivando uma forte aliança no hemisfério. Sua ideia foi a integração do território, a defesa e o prestígio nacional no continente.

A geógrafa Therezinha de Castro defendeu a necessidade brasileira de uma estratégia de presença ativa no Atlântico Sul. Necessidade de o Brasil ocupar área na Antártica e a importância de possuir uma política de estreitar relações com os países do Cone Sul. Já Meira Matos, este se volta para o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia, objetivando a integração nacional para a defesa do território, o militar preconiza a ocupação física das fronteiras do norte do País e a manutenção de efeitos militares adestrados na Região Amazônica.

2.3.1 A Geopolítica de Bertha Becker

Em seu clássico livro, *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*, Bertha Becker, anuncia que inclui o projeto político da geografia, recuperando, em novas bases, a Geopolítica. Em passado recente, a conotação ideológica e militarista de uma geopolítica em que o meio físico determinava a ação do homem e do Estado imobilizou a contribuição da geografia que, ameaçada, se esvaziou de seu conteúdo político.

Para Becker (1982) à medida que se modifica e se amplia o papel do homem e do Estado sobre o espaço, aquela concepção determinista foi gradativamente negada na prática, sem que fossem reformulados os conceitos da geopolítica. Permaneceu ela identificada com as políticas estatais de desenvolvimento espacial.

Então, entende-se que o espaço é produto e produtor de relações sociais e, portanto, da ação política, e que o poder é divisível; é evidente que há formas de poder organizadas em outras escalas que não a do Estado-nação, podendo-se propor como uma nova conceituação de desenvolvimento, o grau de controle que a população, individualmente ou em grupo, exerce sobre seu ambiente físico, socioeconômico e político, ou seja, o poder sobre seu espaço. Daí os conflitos no espaço e pelo espaço.

A análise da geógrafa trata a geopolítica como um campo de conhecimento que analisa relações de poder e espaço geográfico. Foi o fundamento do povoamento da Amazônia, desde o tempo colonial, uma vez que, por mais que quisesse a Coroa, não tinha recursos econômicos e população para povoar e ocupar um território de tal extensão. Portugal conseguiu manter a Amazônia e expandi-la para além dos limites previstos no Tratado de Tordesilhas, graças a estratégias de controle do território. Embora os interesses econômicos prevalecessem, não foram bem-sucedidos, e a geopolítica sobre a Amazônia, cuja ocupação se fez, como se sabe, em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência (BECKER, 2004).

Para Duroselle (2000) uma fronteira política é a separação entre duas soberanias; ele leva em consideração o aspecto político do termo, dando ênfase à territorialidade e a separação da mesma.

Segundo esse autor (2000) as fronteiras, sendo fenômenos que o homem impõe à natureza, não ficam nunca ‘inertes’, mesmo quando os homens não as modificam. Isto é, há sempre uma movimentação, como se a fronteira fosse “viva”, em constante transformação. Esta “vida” das fronteiras tem dois aspectos: um é o de vida *passiva*, quando desempenha o papel que lhe é dado quando é criada, e o outro é o da vida *ativa*, quando elas aumentam as diferenças entre os territórios por elas separados.

Agora, no que diz respeito à categoria território. Temos algumas considerações na perspectiva de Becker (2010). O segundo e terceiro quartéis do século XX foram marcados pelo forte poder dos Estados Nacionais na indução da economia. O Brasil não fugiu à regra. Pelo contrário, foi um caso exemplar da intervenção do Estado na economia e no território, com base no planejamento macrorregional.

Para a autora, é bem diversa a situação atual. Novas territorialidades vêm emergindo no mundo em diferentes escalas, pondo em cheque não só a primazia da macrorregião para o planejamento, como o próprio Estado como única fonte de poder. Tal processo vem, certamente, ocorrendo no Brasil, onde é pouco analisado e, no entanto, vem se formando.

Nesse sentido, dois processos inter-relacionados impulsionam a globalização: a revolução científico-tecnológica, especialmente na microeletrônica e na comunicação, e a crise/reestruturação do capitalismo da economia mundial. Estes dois fenômenos, emergidos concomitantemente causaram vários impactos na sociedade e de certa forma, fragmentam o próprio Estado-nação.

A geopolítica do Estado-Nação, da corporação econômica e/ou militar esconde os conflitos existentes em todos os níveis relacionados e constitui um fator de ordem, privilegiando o concebido em relação ao vivido. No entanto, o Estado e o capital não são entidades, e sim relações sociais. A análise das relações multidimensionais de poder em todos os níveis se impõe para superar o determinismo da concepção unidimensional do poder e a dicotomia concedido/vivido (RAFFESTIN, 1980; BECKER, 1983).

O território é o espaço da prática. Por um lado, é um produto da prática espacial: inclui a apropriação de um espaço, implica a noção de limite – um componente de qualquer prática -, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. Por outro lado, é também um produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática (RAFFESTIN, 1980).

A territorialidade humana é uma relação com o espaço que tenta afetar, influenciar ou controlar ações por meio do esforço do controle sobre uma área geográfica específica, isto é, o território (SACK, 1986). A territorialidade manifesta-se em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais. A malha territorial vivida é uma manifestação das relações de poder, da oposição do local ao universal, dos conflitos entre a malha concreta e a malha abstrata, concebida e imposta pelos poderes heterogêneos.

A macrofísica do poder – o Estado, a corporação multinacional, a ordem militar – dominou os processos da escala global, planetária, e não atua apenas nela, mas em todos os outros níveis, não podendo, por esse motivo, ser isolada de processos ocorrentes nas demais escalas (BECKER, 2010).

Como princípio organizador de análise geopolítica, as escalas geográficas entendidas como arenas políticas dinâmicas e articuladas, permitem quebrar compartimentações fossilizadas do espaço. E não se trata apenas do Estado e da região. Trata-se também, por exemplo, da visão obsoleta do Terceiro Mundo.

A revolução da microeletrônica e na comunicação gerou um novo modo de produzir baseado no conhecimento e na informação, configurando uma nova divisão territorial do trabalho e uma nova geopolítica. A Amazônia passou a ser vista, em grande parte, como área a ser preservada na medida em que o novo modo de produzir a valoriza como capital de realização atual e futura. Então, as novas territorialidades têm, assim, que ser reconhecidas como um componente a ser fortalecido para o desenvolvimento regional sustentável (BECKER, 2010).

Nessa perspectiva, transcrita até o presente momento, Becker (2005) vai nos oferecer um arcabouço teórico satisfatório: ela afirma que a geopolítica trata de um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico; e fomenta que ela foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia, cuja ocupação se fez, como se sabe, em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de

estagnação e de decadência. Hoje, esta geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisões dos Estados sobre o uso do território.

Segundo a autora, objetivando transformar o antigo padrão de desenvolvimento da Amazônia, se faz necessário entender os diferentes projetos geopolíticos e seus atores, que estão na base dos conflitos, isso para tentar encontrar modos de compatibilizar o crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais e a inclusão social.

De acordo com Becker (2005) seria uma constituição da Amazônia como fronteira do capital natural em nível global, em que se identificam dois projetos: o primeiro é um projeto internacional para a Amazônia e o segundo é o da integração da Amazônia, sul americana, continental.

Para tanto, faz-se fundamental que o Brasil “olhe” para a Amazônia, que estreite os laços com todos os países vizinhos que compartilham uma porcentagem desse bioma. Afinal, segundo Meirelles Filho (2006) fomenta-se que o Brasil sempre esteve de costas para a Amazônia; e que somente há poucas décadas, começaram a existir algumas ações efetivas para a Amazônia, mas com muitas deficiências.

Agora, nessa perspectiva, a cooperação internacional é de fundamental importância, pois ela faz desenvolver a Ciência e a Tecnologia dos países que a recebem. O controle da informação, nesta pauta, ainda é um problema, porque muitas vezes, os pesquisadores brasileiros, em parcerias, conhecem o subproduto ligado à sua parceria, mas não o projeto como um todo (BECKER, 2005).

Neste outro aspecto, a integração da Amazônia transnacional e da Amazônia sul-americana trata-se de uma nova escala para pensar e agir na América. Para Becker (2005) isso levaria a três aspectos positivos: (i) o fortalecimento do MERCOSUL; (ii) o fortalecimento da voz da América do Sul no cenário internacional; (iii) o estabelecimento de projetos conjuntos quanto ao aproveitamento da biodiversidade e da água, inclusive nas áreas que já possuem equipamento territorial e de intercâmbio, como é o caso das cidades gêmeas localizadas em pontos das fronteiras políticas.

Já neste aspecto, segundo Becker (2005), a Amazônia hoje não é mais uma mera fronteira de expansão de forças exógenas nacionais ou internacionais, mas sim uma região no sistema espacial nacional, com estrutura produtiva

propícia e múltiplos projetos de diferentes atores. São várias potências que podem trazer integração à região, um exemplo são as ações da Iniciativa de Integração Regional Sul Americana - IIRSA, que realiza projetos de infraestrutura em conjunto com os Estados da região.

Nessa perspectiva atores fundamentais são os governos estaduais, que com a crise do Estado central, assumiram responsabilidades e força política. Tal conjuntura, dá mais autonomia aos estados subnacionais, desenvolvendo várias ações em conjunto com outros estados, principalmente na área de cooperação internacional.

CAPÍTULO III

A Rodovia Interoceânica

Os verdadeiros donos da Amazônia são os indígenas, os seringueiros, as comunidades tradicionais: são eles que caçam, que pescam e que há vários séculos moram, cuidam e retiram dela seu sustento. Toda e qualquer ação realizada no sentido de promover o crescimento econômico e o desenvolvimento de qualquer espécie, de alterar esta harmonia, ainda que atendam a interesses estratégicos do Estado constitui-se numa violência à vida e dignidade humana do povo amazônico (CUNHA, 2007).

Neste capítulo, primeiramente, trataremos de aspectos da IIRSA, o discurso oficial e as críticas, descrever a Rodovia Interoceânica, seus aspectos estatais, econômicos e socioambientais e por fim, realizar algumas críticas com relação ao discurso economicista da Rodovia.

3.1 Iniciativa de Integração Regional da Infraestrutura Sul-americana - IIRSA

A Amazônia possui aproximadamente 7,8 milhões de km², distribuídos em nove países: Brasil, Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia, sendo que aproximadamente 4,5 milhões de km² em território brasileiro. Ao longo das últimas décadas a Amazônia brasileira tem sofrido uma intensa e devastadora investida de grandes empresas e grupos

multinacionais interessados em sua inestimável riqueza e biodiversidade (CUNHA, 2008).

Para Vasconcellos (2011) a iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) é um projeto de integração física que visa interligar os países sul-americanos desenvolvendo projetos na área de transportes, energia e telecomunicações com o objetivo de promover um maior desenvolvimento econômico da região ao facilitar o fluxo das cadeias de produção dos respectivos países.

Segundo Hass (1970), um dos principais preceitos à integração econômica dos Estados são a aproximação, interação e adensamento nas relações entre os povos por meio das comunicações e dos meios de transporte. Nesse sentido, durante a Cúpula de Presidentes de países da América do Sul, realizada em Brasília, no ano de 2000, foi discutida a integração física do continente, esse processo culminou com a criação da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana – IIRSA.

A IIRSA foi criada com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Fundo Para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA). Ela foi acordada na Cúpula de Brasília (I Reunião de Presidentes da América do Sul) em 2000, entre os doze Estados participantes: Brasil, Peru, Bolívia, Argentina, Colômbia, Venezuela, Chile, Paraguai, Uruguai, Equador, Guiana e Suriname. Dentro dos eixos de integração, incluem-se mais de 300 projetos. Aqui, tratamos da Rodovia Interoceânica entre Brasil e Peru, que se justifica, em parte, com a criação de um acesso aos produtos brasileiros até os Portos do Pacífico e, por outra, na promoção do desenvolvimento da população que vive nesta região (DOUROJEANNI, 2006).

Os autores Oliveira, Gonçalves e Ramos (2013) apontam que a IIRSA está organizada de modo a conter na sua estrutura institucional desde órgãos que exercem a administração burocrática da iniciativa, até grupos que comandam a parte técnica de elaboração dos projetos. Essa estrutura é formada por quatro níveis de decisão: o Comitê de Direção Executiva, as Coordenações Nacionais, os Grupos Técnicos Executivos e os Comitê de Coordenação Técnica. Para guiar os trabalhos dos governos e das instituições financiadoras, foram pensados alguns princípios orientadores para a IIRSA, que são.

- **Regionalismo aberto** – a América do Sul é pensada como um espaço geoeconômico integrado, sendo necessário reduzir ao mínimo as barreiras internas ao comércio, os gargalos na infraestrutura e nos sistemas de regulação e operação que sustentam as atividades produtivas de escala regional;
- **Eixos de integração e desenvolvimento** – o espaço sul-americano está organizado em torno de faixas multinacionais que concentram fluxos de comércio atuais e potenciais, nos quais se busca estabelecer um mínimo de qualidade na infraestrutura de transporte, energia e comunicação;
- **Aumento do valor agregado da produção** – o desenvolvimento e a integração devem servir para garantir um processo de melhoramento constante da qualidade e produtividade dos bens e serviços mediante a inovação e a produção de conhecimento para que a economia gere mais riquezas;
- **Tecnologias da informação** – o uso intensivo de modernas tecnologias permite uma transformação dos conceitos de distância e espaço, a fim de superar as barreiras operativas dentro da região e aproximar a economia sul-americana aos grandes motores da economia mundial;
- **Convergência normativa** – para viabilizar os projetos é necessário vontade política dos governos, sendo desenvolvido um foro de diálogo com o objetivo de diminuir os entraves legais;
- **Coordenação público-privada** – são desenvolvidas estratégias de associações público-privadas para o financiamento dos projetos, como consultas e cooperação para o estabelecimento de um ambiente regulatório adequado.

Para a execução dos projetos foram estabelecidos 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID), como mostra a Figura A, sendo eles: Eixo Andino, Eixo Andino Sul, Eixo Capricórnio, Eixo Hidrovia-Paraná, Eixo do Amazonas, Eixo Escudo Guianense, Eixo do Sul, Eixo Interoceânico Central, Eixo Mercosul-Chile e Eixo Peru-Brasil-Bolívia (VASCONCELLOS, 2011).

Figura A – Eixos de Integração da IIRSA



Fonte: IIRSA.

Fonte: IIRSA, 2014.

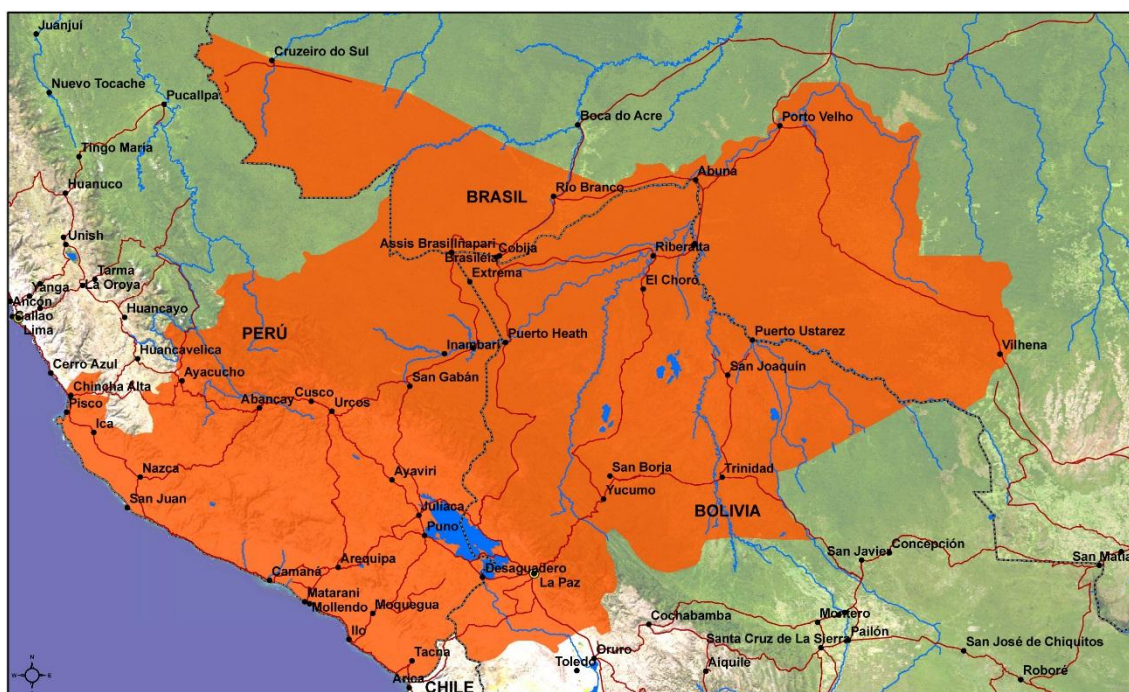
A ideia dos “eixos de desenvolvimento” investiga as relações entre a composição modal e o comércio internacional e descreve a localização das principais riquezas naturais da América do Sul e a forma como podem ser empregadas comercialmente, através da melhoria na base viária dos países, buscando uma forma apropriada de inserção no “mundo globalizado” (FERREIRA, GONÇALVES, *sem data*).

Os IED foram definidos conforme a “vocação econômica” de cada região, que no caso da região Amazônica é preocupante, pois a suposta visão de negócios refere-se aos seus recursos naturais. Os Eixos de Integração e Desenvolvimento são os princípios orientadores da IIRSA cuja definição é a seguinte: dispõe sobre a organização do espaço sul-americano em faixas multinacionais que concentram fluxos de comércio atuais e potenciais para promover o desenvolvimento de negócios e cadeias produtivas. Ao lado desse

princípio orientador existem outros como, por exemplo, o regionalismo aberto e o aumento do valor agregado da produção (VASCONCELLOS, 2011).

De acordo com o Figura B, que mostra a área que abarca o eixo Brasil-Peru-Bolívia, este se centra principalmente nos departamentos de Tacna, Maquegua, Arequipa, Cuzco, Apurímac, Puno e Madre De Dios no Sul do Peru, os estados do Acre, Rondônia, Amazonas e Mato Grosso no noroeste do Brasil e os departamentos de Pando e Beni na Bolívia.

Figura B – Eixo Peru-Brasil-Bolívia



Fonte: IIRSA, 2014.

A expansão da IIRSA tem gerado intenso debate na região sul-americana, haja vista os diferentes impactos produzidos. Por um lado, os causídicos da operação exaltam as possibilidades de intensificação dos processos de integração regional, dinamização econômica dos países da região mediante a redução dos custos operacionais, ampliação das vantagens competitivas e possibilidades de desencadeamento de desenvolvimento local (OLIVEIRA, GONÇALVES, RAMOS, 2013).

Grande parte dos projetos de infraestrutura previstos na IIRSA estão pensados de acordo com uma estratégia de interligação bioceânica da América do Sul, ou seja, ocorre uma tentativa de reduzir as distâncias entre a costa banhada pelo Oceano Pacífico e a banhada pelo Oceano Atlântico (nesse ponto, o Brasil tem importância estratégica pela vasta extensão da sua costa atlântica). Ademais, busca-se a interconectividade entre os eixos propostos, possibilitando, ainda que em menor intensidade, a interligação no sentido longitudinal (OLIVEIRA, GONÇALVES, RAMOS, 2013).

3.2 A Rodovia Interoceânica – Os dois lados da mesma moeda.

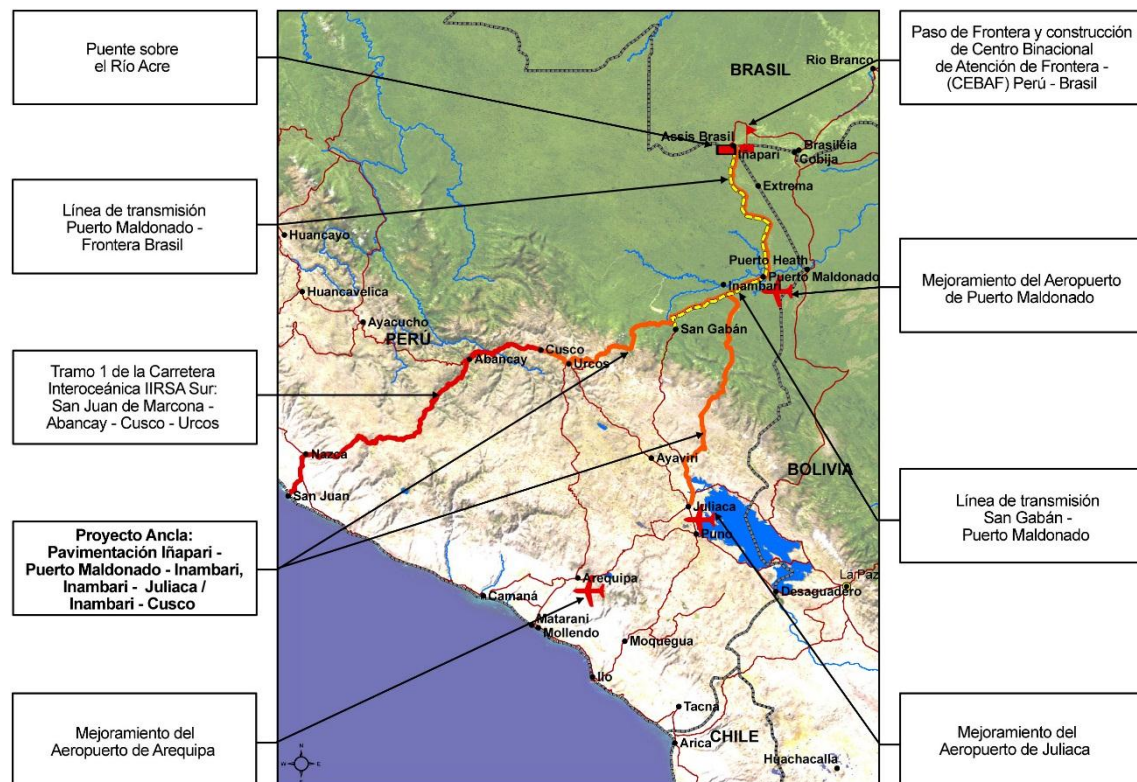
As principais iniciativas cooperativas efetivadas para a construção da Rodovia Interoceânica, estiveram pautadas nas negociações presidenciais e nas iniciativas de integração comercial e financeira dos países da região em paralelo às negociações multilaterais. Ainda dentro desse quadro, os governos buscaram soluções de integração logística e energética de forma planejada a partir dos marcos do projeto de Integração de Infraestrutura Regional da América do Sul (SENHORAS, 2006).

A Iniciativa de Integração da Infraestrutura da América do Sul (IIRSA) de desenvolvimento nacional e regional teriam como objetivo basilar, segundo o discurso oficial, o aumento de *capabilities* e capilaridades materiais para a chamada inserção competitiva das empresas e países na economia global, através de corredores de integração física (SENHORAS, 2006).

A construção da estrada começou oficialmente em 2002, mas a maior parte das obras teve início entre 2003 e 2005. Em 2006 foi inaugurada a ponte ligando o Acre ao Peru, na fronteira entre os municípios de Assis Brasil (Brasil) e Iñapari (Peru). A parte brasileira da Estrada do Pacífico foi inaugurada em 2007, quando foram concluídas as obras de asfaltamento e duplicações programadas. Entretanto, a estrada começou a funcionar plenamente, com todos

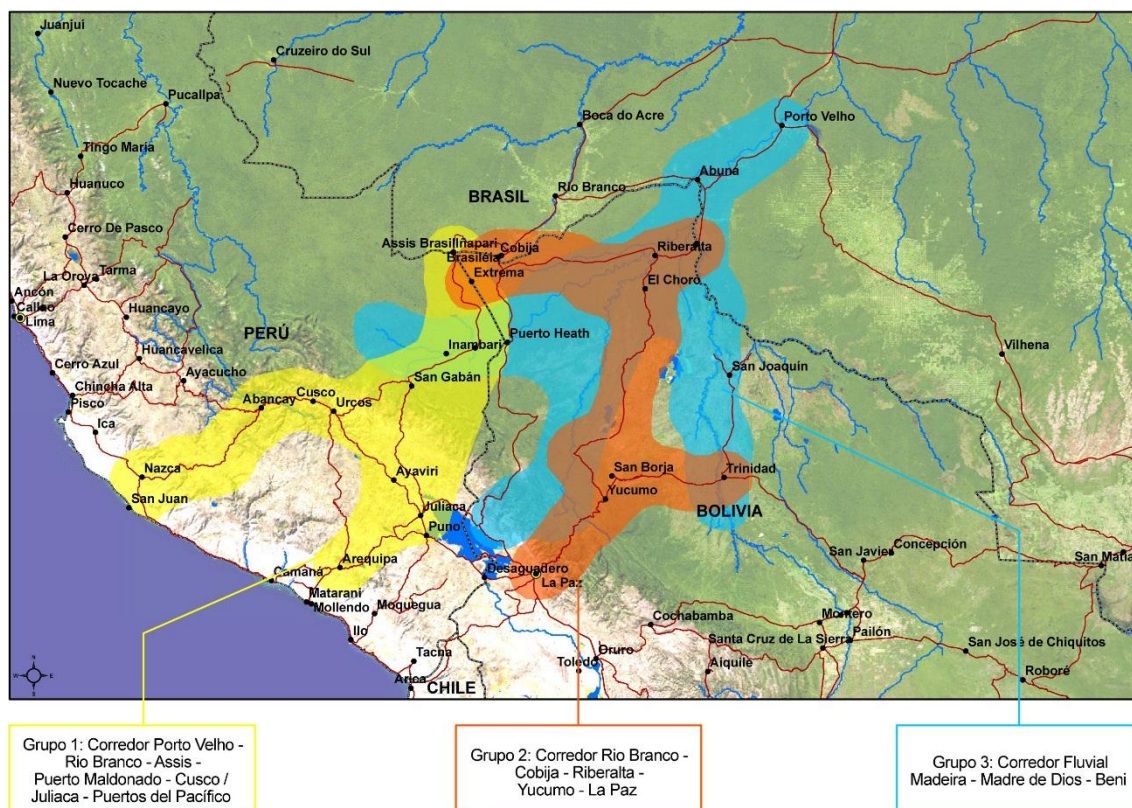
os trechos asfaltados no lado peruano, apenas em dezembro de 2010. O custo aproximado de construção da rodovia, apenas em território peruano, foi de aproximadamente 892 milhões de dólares americanos (DOUROJEANNI, 2006). A seguir, algumas imagens correspondentes a Rodovia Interoceânica.

Figura C – Trajeto da Rodovia Interoceânica



Fonte: IIRSA, 2014.

Figura D – Corredores da Rodovia Interoceânica



Fonte: IIRSA, 2014.

O fato das unidades administrativas da região da Tríplice Fronteira compartilharem características naturais e sociais sinaliza a existência de um território com características muito similares. Entretanto, a despeito das semelhanças, seria contraproducente desconsiderar as diferenças políticas, econômicas e institucionais em cada um dos três países, pois esse tipo de conglomerado geográfico, que apresenta simultaneamente sinais de diversidade e semelhança, pode ser classificado como “região-fronteira” devido à existência concomitante do sentimento de “região comum” e a percepção mútua das peculiaridades de cada região.

Por outro lado, estudiosos, organizações não governamentais, movimentos socioterritoriais, indígenas e povos originários denunciam que os megaprojetos desrespeitam as respectivas territorialidades, promovem a

apropriação da etnobiodiversidade e a mercantilização das águas, terras, florestas e recursos minerais, violam territórios sagrados e aprofundam a expropriação mediante a prática da violência (OLIVEIRA, GONÇALVES, RAMOS, 2013).

Para lançar luzes à análise das políticas em tela, vamos adotar o paradigma da geoeconomia como chave analítica. As proposições do geógrafo David Harvey, em seu livro *O novo imperialismo*, destacam que em um cenário de crise de sobre acumulação de capital, isto é, sumariamente, quando há “registradas como excedentes de capital (em termos de mercadorias, moeda, e capacidade produtiva) e excedentes de trabalho lado a lado, sem que haja uma maneira de conjugá-los lucrativamente a fim de realizar tarefas socialmente úteis” (HARVEY, 2005, p. 78),

O Estado (entendido como o aparato institucional compreendido pelo poder político, governo territorializado e administração pública, regido pelo conjunto de regras constitucionais e suportado pelos aparatos de coerção social), desencadeia processos de produção do espaço que (re)criam as condições de promoção de formas lucrativas de absorção de excedentes de capital; muitas vezes estes processos exigem a expansão geográfica e a reorganização espacial (HARVEY, 2005, p. 78 *apud* OLIVEIRA, GONÇALVES, RAMOS, 2013, p. 12).

3.3 Em busca do desenvolvimento

Na maioria dos casos, os grandes sistemas de engenharia são concebidos em acordo com as demandas do Capital nacional e internacional, de forma a beneficiar minorias nos lugares onde se instalam. São vetores caracterizados pelo seu quase total descompromisso com o espaço que os abriga, uma vez que promovem uma integração em favor do capital e a constituição de um “Espaço Econômico” em detrimento dos interesses da maioria (CUNHA, 2010).

Muito próxima a essa posição está a tese de Harvey (2004), que colocaria os projetos da IIRSA dentro de um quadro funcionalista para a reemergência do interesse na América do Sul na nova fase do imperialismo, e está embasada na acumulação primitiva internacional do capital, marcada pela privatização dos recursos naturais e pela privatização dos serviços públicos, o que levaria a emergência de uma acumulação por despoliação (SENHORAS, 2006).

Estabelecer uma relação harmônica entre desenvolvimento e conservação dos recursos naturais na Amazônia tem-se revelado um paradigma que o Estado brasileiro escorrega a várias décadas e cada vez mais sofre com a interferência do mercado. Acredita-se que a Amazônia só terá futuro com um desenvolvimento moderno. O aproveitamento racional da região por meio de explorações econômica e ambientalmente sustentáveis depende de estratégias que combinem alta produtividade da terra e uso intensivo de mão-de-obra qualificada, pois essa forma de ocupação permite um adensamento populacional que minimize os aspectos ambientais negativos, abrindo espaço para a realização de grandes projetos que são imprescindíveis para o país (CUNHA, 2008).

Todavia, este processo de modernização e inserção no comércio global, tem consequências adversas ao interesse de governabilidade ambiental. Primeiramente pela erosão da soberania em um mundo onde a tendência geopolítica é encolher e flexibilizar as fronteiras. Outro aspecto devastador é o reconhecimento de direitos especiais, associados a territórios, que pode evoluir muito rapidamente para enfraquecer ou relativizar o poder do Estado. Isso pode ocorrer em relação a terras indígenas e também por meio de uma possível legislação que pretenda reconhecer direitos de propriedade sobre a biodiversidade. A transformação da gestão política tradicional tem implicações em outros aspectos de importante dimensão interna (CUNHA, 2008).

Portanto, verifica-se que esta iniciativa é uma estratégia de abertura do território e expansão geográfica do capital, operada pelos Estados Nacionais sob a liderança do Brasil e financiamento de organismos supranacionais da região. Seu processo de implantação esbarrou na escassez de recursos financeiros disponíveis para investimentos de tamanha envergadura, impondo a necessidade de agenda prioritária na tentativa de salvar a iniciativa de total

fracasso. Outra tática encontrada para evitar sua falência tem sido a busca pela interconectividade com projetos de infraestrutura dos governos nacionais, como tem ocorrido com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Brasil, (OLIVEIRA, GONÇALVES, RAMOS, 2013).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado em janeiro de 2007, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil. Trata-se de um conjunto articulado de medidas na área econômica que visam ao crescimento econômico do país por meio de investimento em infraestrutura, estímulo ao financiamento e ao crédito, melhoria do ambiente de investimentos, desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e adoção de medidas fiscais de longo prazo. Através dessas medidas, o governo pretendeu manter uma taxa média de crescimento de 5% ao ano. Contudo, os dados demonstram que o crescimento do PIB per capita do Brasil, entre 2004 e 2012, não superou a média dos 2,8% ao ano (OLIVEIRA, GONÇALVES, RAMOS, 2013).

A conexão fundamental entre a IIRSA e o PAC é a interconectividade entre os megaprojetos previstos nas respectivas carteiras de obras. Os projetos previstos na IIRSA para implantação no Brasil, 41,86% são os mesmos existentes na carteira de projetos do PAC. Desse modo, se o governo brasileiro se empenhar em realizar os projetos do programa nacional, contribui também para o avanço das metas do programa transnacional (OLIVEIRA, GONÇALVES, RAMOS, 2013).

Henri Lefebvre no seu texto *Espaço e Política* (2008) demonstrou que a produção do espaço geográfico é concomitantemente instrumental e funcional à reprodução do capitalismo. A chave deste processo encontra-se na fragmentação e mercantilização do espaço, de maneira a garantir à burguesia a propriedade privada do solo em detrimento dos interesses das coletividades ou mesmo do Estado. Na atualidade, a produção do espaço deve ser analisada no marco da necessidade do capital de “produção de relações sociais e reprodução das relações de produção” (LEFEBVRE, 2008, p. 47-48). Neste contexto, situa-se o decurso de implantação da IIRSA, embora mais lenta que o almejado pelos dirigentes dos organismos econômicos financiadores.

A IIRSA e o PAC inserem-se nesta estratégia na qual os Estados-Nacionais, suportados, também pela financeirização imposta pelos organismos financeiros multilaterais, investem vultosas somas de capital excedente em

megaprojetos de infraestrutura física transnacional, com a finalidade de estabelecer a interligação intermultimodal e a interconectividade bioceânica, pois a dinamicidade dos fluxos econômicos internacionais nas últimas décadas demonstra ser mais volumosa e promissora no Oceano Pacífico, em detrimento do Oceano Atlântico (OLIVEIRA, GONÇALVES, RAMOS, 2013).

A integração proposta e executada é uma integração econômica que, caso não seja acompanhada de um aprofundamento nos debates sobre princípios e consequências, o que significa uma ausência de integração política, pode conduzir a um efeito reverso – ao invés de desenvolvimento social pode causar desestruturação social (VASCONCELLOS, 2011).

Ao longo da rodovia, na medida em que se abrem caminhos em território até então de difícil acesso, tem-se um complexo de atividades e de interesses que se ramificam. Na ausência de planejamento e poder público as ameaças como narcotráfico, tráfico de biodiversidade, desmatamento, instabilidade provocada pelos movimentos guerrilheiros, crime organizado, garimpo ilegal, são alguns fatos que tendem a se agravar provocando impactos socioeconômicos e ambientais (VASCONCELLOS, 2011).

Sobre a devastação da floresta, Ab`Saber (2005) afirma que os rasgões na região amazônica, seja por meio das rodovias, gasodutos ou eixos-viários que não tenham sido considerados em todos os aspectos (não somente pelo retorno econômico), podem multiplicar a devastação. Além disso, podem ser considerados fatores de risco a incidência e exposição de doenças contagiosas e a gradual perda de valores culturais tradicionais. A análise do autor tem como base a abertura de estradas ocorridas, em especial, na década de 1980, rumo ao Norte do país, onde ocorreram o aumento dos conflitos ambientais e uma ocupação desordenada do território. O modelo de desenvolvimento para a Amazônia visualizado durante o período militar brasileiro parece revigorar na lógica da globalização (VASCONCELLOS, 2011).

Dourojeanni (2006) relata que na região amazônica, por onde passa a rodovia no Peru, é uma área de grande concentração de biodiversidade além de ser habitada por povos indígenas que vivem em isolamento voluntário. Biodiversidade e culturas que devem ser preservadas. O autor ainda descreve que a propaganda governamental, em torno da construção e seus possíveis benefícios econômicos, cria um ambiente de entusiasmo geral ainda que

objeções sejam apresentadas e haja dúvidas sobre a veracidade de impacto socioambiental mínimo.

Procópio (2009) aponta que o modelo exportador do Brasil, por exemplo, está baseado nas denominadas monoculturas, em especial do mercado da carne (agropecuária), soja e mais, recentemente, do bioetanol (milho), que são comercializados sem valor agregado, fazendo do Brasil um exportador de *commodities*. O caso do Peru não difere em essência e ilustra a afirmativa, uma vez que a sua economia depende, principalmente, da exportação de minérios (cobre, prata, ouro, pedras preciosas). Frisa-se que é esse tipo de comércio que se deseja prosperar, aumentando-se os lucros com uma saída mais curta para o Pacífico. O autor aponta ainda que essa é uma lógica que conduz ao “subdesenvolvimento sustentável”.

A região da Tríplice Fronteira em questão, além de apresentar uma das maiores reservas de biodiversidade do planeta, concentra notável diversidade cultural. Delimitada por unidades subnacionais (Estados/Departamentos) de ecossistema amazônico - Madre de Dios (Peru), Acre (Brasil) e Pando (Bolívia), esta região compartilha não apenas a bacia do Rio Acre mas aspectos históricos, culturais e econômicos. É, contraditoriamente, uma das zonas economicamente mais pobres e naturalmente mais ricas da América do Sul (SANT’ANA, LEITE, 2013).

Dessa maneira, segundo Pessoa (2004), se por um lado no período que se inicia na década de 1970 o aumento do conflito pelo uso da terra, a marginalização das populações tradicionais e a devastação da floresta provocaram o recrudescimento dos conflitos sociais na região, levando ao nascimento de iniciativas que passam a combater a ocupação predatória da Amazônia e exigir desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável. Há nesse contexto a negação, por parte dos movimentos sociais organizados, da Rodovia Interoceânica, vista como fruto do ideal de desenvolvimento excludente e predatório (SANT’ANA, e LEITE, 2013).

Por outro lado, percebe-se que a dificuldade das populações locais em acessar serviços públicos básicos, dada a ocupação dispersa da região, o que historicamente acalentou o sonho da integração por via terrestre para amenizar o sofrimento causado pelo isolamento em épocas do inverno amazônico. Dessa maneira, há uma associação entre a pavimentação da Rodovia Interoceânica à

presença do Estado, ao aumento da provisão e qualidade dos serviços públicos e, também, a melhora da qualidade de vida, por parte dos moradores da região (SANT'ANA, e LEITE, 2013).

A articulação das ações da IIRSA verifica-se inclusive no Plano Estratégico da OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica para 2004/2012, que ao corroborar com a visão estratégica da integração física regional, que assinala ser um dos desafios mais complexos para a América do Sul de 2020 é construir um novo paradigma do desenvolvimento amazônico, que na sua essência, consiste em garantir a qualidade de vida das populações amazônicas ao mesmo tempo em que conserva o patrimônio natural, a diversidade biológica e as culturas ancestrais. Assim o desenvolvimento da infraestrutura de integração assume um caráter mais amplo e estratégico. Demanda, em consequência, ações integradas e simultâneas de infraestrutura, gestão ambiental e desenvolvimento (CUNHA, 2008).

Dos quatro eixos da IIRSA que abrangem a Amazônia, três tem sua expansão rumo ao Pacífico o que evidencia que a integração continental da América do Sul tem objetivos estratégicos de uma geopolítica, construída visando a inserção na economia internacional. Ou seja, os eixos Peru-Brasil-Bolívia, Amazônico e Andino buscam dois objetivos geoeconômicos sul-americanos muito claros: a expansão do continente rumo ao Pacífico e por fim, ao mercado asiático afim de escoamento de *commodities* agrícolas e minerais, visando atender ao dinamismo capitalista promissor daquela região: e não menos importante, destacamos o objetivo econômico de construir uma rede de infraestrutura entre a Amazônia e o Pacífico Sul-americano visando garantir as condições de abastecimentos dos centros industriais (CUNHA, 2008).

Muito mais que um perigo iminente a governabilidade dos países latino-americanos e de seus territórios, a IIRSA e outras iniciativas dos governos da região não contribuem para aproximar os povos da América do Sul. Ao contrário, ratifica a lógica histórica de utilizar a Amazônia como plataforma de exportação de produtos agrícolas e extrativistas criando as condições para que ocorra a devastação ambiental, desrespeitos contra povos tradicionais, principalmente indígenas, aumento da concentração da renda e queda de todos os níveis de vida para a maior parte de sua população (CUNHA, 2008).

Considerando especificamente os grandes projetos voltados para a integração física da Amazônia com outros centros, percebe-se que o foco orientador da IIRSA é o mercado internacional. Ou seja, facilitar a exploração da imensa riqueza natural da região por grandes conglomerados econômicos nacionais e internacionais com forte atuação no exterior, relegando a um plano secundário a implementação de políticas públicas para o fortalecimento do mercado interno dos nossos países e à valorização de produtos voltados ao atendimento das demandas das populações de baixa renda (CUNHA, 2008).

Portanto, a IIRSA não se mostra apta ao desenvolvimento sustentável. Pelo contrário, o que presenciamos na Amazônia é o avanço da devastação ambiental resultante da homogeneização de atividades produtivas para atender o mercado externo. A monocultura se expande com rapidez na América do Sul. Logo, a IIRSA não fortalece a democracia na América do Sul por não prever a adoção de qualquer mecanismo para combater as disparidades existentes entre os diferentes países. A integração econômica que se está realizando é uma integração entre desiguais, reproduzindo em larga medida as relações assimétricas existentes entre os países capitalistas centrais e os da periferia (CUNHA, 2008).

Outras variáveis políticas também podem dificultar o processo de integração como as assimetrias econômicas e sociais entre os países, e também ou em consequência disso, a instabilidade política e o grau de funcionamento da democracia. Cabe salientar que a integração política é uma integração democrática. A democracia é o regime político que condiz com os ideais do diálogo, cooperação, respeito mútuo, entre outros. Esta deveria ser o elemento capaz de promover uma integração forte e estável, atendendo ao objetivo final a que se propõe a IIRSA. No entanto, o contexto da América do Sul é de democracias instáveis marcadas por crises econômicas que geram significados políticos, como altos índices de percepção da corrupção e desconfiança nas instituições políticas e sociais (congresso, partido político, sistema judiciário) (VASCONCELLOS, 2011).

A exploração da imensa riqueza natural da Amazônia Sul-americana por grandes conglomerados econômicos nacionais e internacionais com forte atuação no exterior - como o agronegócio - deixando em segundo plano a implementação de políticas públicas para o fortalecimento do mercado interno

dos nossos países e à valorização de produtos voltados ao atendimento das demandas das populações de baixa renda.

De acordo com os dados da IIRSA sobre o Eixo Peru-Brasil-Bolívia os cinco principais produtos importados pelos países do Eixo são: petróleo cru, minério de ferro, grãos de soja, minério de cobre e ouro. A soma dos cinco produtos representa 29,13% do valor total exportado em 2008. De modo que o perfil produtivo do eixo resume-se na produção agrícola, na exploração de minérios e na pecuária bovina. Similarmente, os cinco produtos mais exportados pelo Eixo Amazonas são os mesmos mencionados acima e na mesma ordem, com exceção do quinto produto que, nesse caso, entram os produtos derivados do petróleo (VASCONCELLOS, 2011).

De modo geral, a linguagem do desenvolvimento não tem traduzido uma perspectiva de segurança regional. A facilidade de escoar a produção, de modo mais direto do Brasil, Peru, Bolívia, não contempla uma discussão sobre responsabilidade que esses países teriam com os problemas derivados de uma maior fronteira que se abre para promessas e desafios (VASCONCELLOS, 2011).

Como consequência, no contexto da IIRSA, pode-se visualizar a Amazônia como um conflito de diferentes interesses, marcado pelo desequilíbrio entre as partes. No discurso da modernidade e da integração alerta-se sobre o modelo de desenvolvimento para a Amazônia, uma vez que a região é transformada em “capital” e os riscos não-econômicos são negligenciados. As controvérsias em torno dos impactos ambientais, culturais e de segurança são constantes, e o caso do Complexo Hidrelétrico do Madeira, que tem como objetivo mudar a matriz energética para uma fonte renovável de energia, é exemplo emblemático nesse sentido (VASCONCELLOS, 2011).

Para Mariano (2007), o processo de integração está interligado à redefinição do papel do Estado no mundo globalizado diante das redes mundiais de interação e os novos significados da soberania e redefinição do poder estatal. O compromisso moral da região é com a integração e é natural que uma estrutura física melhor, facilite de alguma forma o desenvolvimento, mas para um desenvolvimento que se prolongue e seja real. Não pode haver o esquecimento de quem devem ser os beneficiários desse desenvolvimento.

A integração política é resultado de um processo dialogado entre as partes, pensando em seus princípios e consequências, evidenciando um claro posicionamento e vontade política dos Estados envolvidos. A integração política definida desse modo não é o que se verifica na IIRSA. Segundo Couto (2008) os países estariam integrando suas infraestruturas sem ter claro que tipo de desenvolvimento querem – se algo que impulse o desenvolvimento regional ou que alimente ainda mais o modelo agroexportador típico da maioria dos países da região. Em outras palavras, a integração com uma sutileza quase natural e inevitável realiza-se sem que o debate político em questões fundamentais, como o modelo de desenvolvimento, seja formulado.

Entende-se que o projeto é tratado em território brasileiro como decisão absolutamente soberana. Neste caso, o diálogo sobre problemas e cooperação transfronteiriça é minorizado. Não se quer com isso afirmar que o Estado não detenha a soberania sobre o seu território, mas que a soberania, no direito internacional da ordem mundial pós Guerra Fria, corresponde a decisões que consideram a responsabilidade de todos no que se refere aos direitos humanos e respeito aos povos. Que tipo de responsabilidades poderia o Brasil assumir com os países vizinhos? A resposta é incerta, uma vez que a omissão em segurança e defesa passa a compor os compromissos regionais de integração (VASCONCELLOS, 2011).

Zellavos (1993) também demonstra preocupação com o significado que o Peru tem para o Brasil para além de uma estrada, ou melhor, de uma rota mais curta para o Pacífico. O autor questiona, dessa forma, o quão fecundas são as relações entre os dois países. Na fala do [então] presidente Lula, os projetos de integração em curso (em especial a rodovia do Pacífico) comprovariam que os séculos de distanciamento entre os dois países ficaram para trás, afirmando que chegava ao fim o fato de que *nem o Peru enxergava o Brasil, nem o Brasil enxergava o Peru*.

A integração pelo desenvolvimento, para ser viável, deve pressupor a integração política que nesse sentido significa em essência comportar a cooperação, o diálogo e o olhar da população tradicional da Amazônia. Na corrente de uma neointegração, a lógica é a do mercado, do capital privado, cabendo ao Estado intervir e dialogar para garantir que o lado social não seja menosprezado (VASCONCELLOS, 2011).

3.4 O avanço do agronegócio

Nesta sessão, vamos delinear um quadro descritivo sobre o avanço do agronegócio no estado de Rondônia e como isto tem modificado o espaço geográfico. Além disso, de qual forma este processo se conecta a Rodovia Interoceânica, servindo apenas como um corredor de exportação de *commodities* para o mercado asiático.

De acordo com Costa Silva (2014) o movimento espacial do capital globalizado ganhou relevante expressão econômica e política a partir da década de 1990, quando a liberalização da economia brasileira abriu os caminhos para a transformação agrícola em todas as regiões, com significativos avanços nos cerrados e no bioma amazônico. Esses movimentos foram sistematizados no conceito de *agronegócio*, termo que expressa as relações dos diversos setores da economia sob a mobilização do produto agrícola operado pelos capitais agropecuário, industrial e financeiro. Designa, portanto, a aproximação entre a agricultura e indústria ao trabalhar todos os momentos da produção e da circulação da mercadoria, com impactos nas dinâmicas sociais e territoriais agrárias e urbanas, principalmente em função da valorização e incorporação de terras à produção do agronegócio.

No estado de Rondônia, a inserção da produção de soja inaugura a formação dos chamados *espaços luminosos*, onde a expansão agrícola gesta uma particularidade no espaço agrário e regional, configurado na formação da *região do agronegócio da soja*, ao tempo que se constitui o uso corporativo do território pelas grandes empresas do capital globalizado, representados pelos grupos, Amaggi e Cargill. O campo modernizado pelas *commodities* impõe às cidades sua reformulação em termos de funcionalidades, dado a demanda por serviços tecnológicos, créditos, assistência técnica, equipamentos, força de trabalho e outros insumos necessários à expansão da produção agrícola, ou seja, o agronegócio conforma um urbano funcional ao desenvolvimento das atividades produtivas (COSTA SILVA, 2014).

Para Elias (2011), as transformações ocorridas na atividade agropecuária no Brasil, nas últimas cinco décadas, têm profundos impactos sobre a (re)organização do território brasileiro, resultando em novos arranjos territoriais. Entre esses, destaca-se as Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs).

As RPAs para a referida autora, são os novos arranjos territoriais produtivos agrícolas, os territórios das redes agroindustriais, escolhidos para receber os mais expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio globalizado e representam suas áreas mais competitivas. Nelas encontram-se partes dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação de importantes *commodities agrícolas*, evidenciando a dinâmica territorial do agronegócio.

Para Fernandes (2007) nas “abordagens territoriais” predominam análises da dimensão econômica e da dimensão social numa acepção de território como uma unidade geográfica determinada, quase sempre como espaço de governança. A definição de “território” por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos “território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial.

Portanto, para o autor (2007) ao se ignorar propositalmente os distintos tipos de território, perde-se a multiescalaridade, porque estes territórios estão organizados em diversas escalas geográficas, desde a local até a escala internacional. O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa então sua mais cara propriedade: as relações de poder.

Por essa razão, parece que a multidimensionalidade, embora presente na significação do conceito de território em muitos artigos e documentos, não se realiza, porque implicaria na socialização das tomadas de decisão. Assim também a multiescalaridade é completamente desprezada, porque significaria reconhecer os territórios das diferentes classes sociais.

De acordo com Elias (2006) a partir da década de 1980, a reestruturação produtiva da agropecuária intensificou-se, mas privilegiou áreas, produtos e segmentos sociais. Isto acarretou profundos impactos sociais, territoriais e ambientais que culminaram na elevação da histórica concentração da propriedade da terra; num processo de oligopolização do setor agropecuário; em

transformações das relações sociais de produção; na fragmentação do espaço agrícola e no incremento da urbanização.

Estas relações, para Elias (2006) levam à multiplicação dos espaços da produção e das trocas agrícolas globalizadas, e induz os espaços agrícolas a inúmeras transformações, os quais se mostram extremamente suscetíveis de aceitação do capital do agronegócio. Isto se deve, em parte, ao fato de possuírem pequena quantidade de pedaços de tempo materializados, o que permite imediata difusão do capital novo e possibilidade de responder mais rapidamente aos interesses das empresas hegemônicas dos setores agropecuário e agroindustrial.

Embora Rondônia assuma função primária na divisão territorial do trabalho no Brasil, considerando que sua relevância ainda se concentra na produção madeireira, mineral e agropecuária, a partir de 1997 a produção de soja emerge como a primeira *commodity* que vai de fato impor uma dinâmica territorial que une o global ao local, reconfigurando o espaço regional (COSTA SILVA, 2014).

Na perspectiva de Elias (2006) é possível identificar várias áreas nas quais a urbanização se deve diretamente à consecução do agronegócio globalizado. Como é notório, a modernização e expansão destas atividades promovem o processo de urbanização e de crescimento das áreas urbanas, cujos vínculos principais se devem às inter-relações cada vez maiores entre campo e cidade. Estas se desenvolvem atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão de forma globalizada. Representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o crescimento de cidades intermediárias e locais, fortalecendo-as, seja em termos demográficos ou econômicos.

Cabe ressaltar que antes desse período a soja era insignificante como produto agrícola na economia estadual, pois, os elevados custos de produção e de transportes inviabilizavam toda ação para aumentar a presença dessa leguminosa no conjunto da agricultura. Ainda que se produzisse, seu consumo destinava-se ao mercado local e regional, e sua natureza, como mercadoria, era tão somente de *grão*, de uma leguminosa, e não de uma *commodity*, de uma mercadoria disputada no mercado global (COSTA SILVA, 2014).

Essa transformação na natureza da mercadoria, que assume o estatuto de *commodity*, é de fundamental importância geográfica, pois, fez surgir uma espacialidade baseada na monocultura, modificando sobremaneira a paisagem rural, agora acrescida de elementos técnicos e científicos, ou seja, a monocultura vai produzir uma tecnificação e uma cientificação da paisagem, e em poucos anos regionaliza o espaço no sul de Rondônia (COSTA SILVA, 2014).

No início de um novo milênio, vive-se uma quebra dos principais paradigmas da relação homem-natureza e reforçam-se os questionamentos sobre a viabilidade do modelo de agricultura adotado no Brasil com o advento da globalização. Nenhum outro modelo promoveu tanta pobreza, desigualdades e degradação ambiental em tão pouco tempo; nenhum provocou uma crise de tantas magnitudes, no campo e nas cidades, a evidenciar a associação entre crescimento econômico e deterioração da situação social e ambiental, com o agravamento das contradições (ELIAS, 2006).

Para incorporar os excluídos do modelo de modernização em curso, urge o exercício de uma política de desenvolvimento agrícola baseada em interesses endógenos, pautados pela viabilidade econômica, pela sustentabilidade ecológica, pela qualidade estética e pela igualdade social. Além disso, a ideologia do consumo e o neoliberalismo, que impedem a convivência realmente solidária, devem ser substituídos pelas noções básicas de equidade social e de cidadania, só absorvidas mediante mudanças estruturais culturais e sociais, cada vez mais indispensáveis à sustentabilidade do desenvolvimento. Caso contrário, todos os programas e projetos não passarão de retórica e terão um caráter paliativo, no intuito de arrefecer o descontentamento popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de descrito e analisado o processo de construção da Rodovia Interoceânica, parte-se agora, para uma análise final acerca dos desencadeamentos que este empreendimento causa na política, economia e sociedade dos países envolvidos.

Como vimos no estudo, o método dialético marxista evidencia uma relação entre o meio natural sendo transformado pelo homem, causando uma mutação do espaço. Este meio, agora transformado gera incongruências políticas, econômicas e socioambientais até certo ponto, difíceis de mensurar.

Compreendemos que o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes, exemplo mensurável é a própria Rodovia Interoceânica. O espaço foi modificado pelo objeto físico, permeado por um sistema de ações humanas, que tangem às esferas econômicas, políticas e sociais.

Com este processo em desenvolvimento, a geopolítica da região é transformada. Os Estados de Rondônia e Acre, antes à margem do desenvolvimento, possuem agora, uma alternativa de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. O poder que esta região possui é aumentado, pois, além de ter a maior biodiversidade do Planeta, grandes reservas minerais, água potável em abundância e outros recursos naturais, está servindo como “ponte” ao desenvolvimento de toda a nação.

Por meio da geopolítica clássica, percebeu-se a importância em se dominar um território. As diferentes perspectivas expõem argumentos chaves que nos remetem à compreensão que, ter um controle sobre determinado espaço, sendo este da região amazônica, em área de fronteira e em corredor de exportação, podem trazer benefícios magníficos aos projetos dos Estados modernos. Urge a necessidade de este Estado realizar as políticas necessárias para que o projeto político não fique apenas no âmbito economicista, mas que traga o almejado desenvolvimento social.

Levando em consideração o aspecto político, Brasil e Peru estreitam suas relações bilaterais. É aumentado o fluxo comercial de produtos e serviços, são dinamizadas as parcerias estratégicas entre o MERCOSUL e a CAN, o diálogo entre os dois países tornam-se mais estreito, assim, favorecendo a diplomacia, cooperação e mais investimentos entre os dois países.

Do ponto de vista econômico, está sendo aumentada a nossa participação no cenário internacional como um país produtor de *commodity*, que tem como foco o mercado asiático, o que mais cresce atualmente, e que tende a crescer no século XXI, tendo como principal parceiro, a China. Os países asiáticos possuem elevada população, ou seja, é um mercado consumidor de derivados da soja e outras leguminosas. E o Brasil, com suas características naturais, possui as vantagens comparativas propícias para atender este mercado.

Com a Rodovia Interoceânica, as vantagens econômicas se tornam ainda maiores, visto que a distância que separa o Brasil do mercado asiático é diminuída substancialmente. Anteriormente, a produção era exportada via Porto de Santos – São Paulo, pelo Oceano Atlântico; pelo Canal do Panamá no Panamá, ou ainda, via Atlântico Sul, passando pelo Uruguai e Argentina, até chegar ao Oriente pelo Oceano Pacífico.

Agora, com o celeiro estando no Centro-Oeste brasileiro, no Estado de Mato Grosso principalmente, a produção encontra um fluxo mais rápido entrando em Rondônia pela BR-364 e partindo pela Rodovia Interoceânica, até chegar aos portos do Peru, que destina a produção para a Ásia e costa leste dos Estados Unidos da América.

O que se precisa então é uma política de Estado séria, que consiga englobar as perspectivas políticas e econômicas e juntas, propor um desenvolvimento social para a população que vive nesta região. Estas localidades, ao longo do percurso histórico, foram muitas vezes negligenciadas pelo poder público tanto do Brasil como no Peru. Agora, elas servem como elo de desenvolvimento. Urge-se então, políticas públicas que fomentem o desenvolvimento humano junto com crescimento econômico para que esta região, não sirva apenas como “corredor de exportação”.

Lançamos como proposições que o Estado, ao realizar as políticas de investimento em infraestrutura, logística, máquinas e equipamentos, leve em consideração os aspectos socioambientais. Estes foram em grande parte negligenciados na construção da Rodovia Interoceânica. Os estudos previram apenas, os impactos sociais durante a construção. Mas não servem como base para derivar como a vida das populações que vivem ao entorno da Rodovia serão transformadas. E quais as consequências negativas e positivas serão advindas com o fluxo de automóveis e caminhões da Rodovia.

Da mesma forma, o impacto ambiental poderia ter sido mais estruturado para ser minimizado. A carteira de projetos da IIRSA coloca ênfase na estratégia política e econômica para os países da América do Sul. Se as obras passam por reversas indígenas, sítios arqueológicos, áreas de florestas preservadas, fontes e lagos, isso é relativamente pouco levado em consideração, pois o que se preza com ênfase são os interesses econômicos.

Não acreditamos que o desenvolvimento do estado ocorra somente com obras de infraestrutura. Cremos que o crescimento econômico seria viável se junto à ele, ocorresse o desenvolvimento humano. Que as pessoas pudessem participar desde processo em condições sociais mais equilibradas. Este texto não procura então, ser contrário aos projetos da IIRSA, mas elucidar que são projetos para estreitar a América do Sul, para fazer com que o Brasil olhe para os países latino-americanos e o Oceano Pacífico e com isso, criarmos um compartilhamento maior e termos mais expressividade nas Relações Internacionais Contemporâneas.

Apontamos também, que a Rodovia Interoceânica é apenas mais uma grande obra que almeja estreitar o Brasil com a América do Sul. Existem demais eixos de integração, relações bilaterais, tratados, acordos, pactos e várias reuniões, cúpulas e conferências que objetivam uma integração na América do Sul. Em se tratando de mais obras de infraestrutura, tem-se projetos para a construção de Ferrovias e a Hidrovia do Madeira que está no mesmo bojo para esta integração.

O Brasil ao longo do século XX procurou intensificar suas relações diplomáticas com a América do Sul, isso propiciou um aumento no índice de produtos exportados e importados na região. E agora, no século XXI, a tendência

é fomentar ainda mais o processo. Espera-se que, com isso, ocorra mais crescimento, desenvolvimento e integração na América do Sul.

Infelizmente, as instituições que trabalham com o objeto Rodovia Interoceânica, enfatizam apenas uma análise economicista, visando o lucro para um ínfimo grupo social, ligado a transportadoras, mineradoras e empresas agrícolas. Por isso e outras diversas razões, este trabalho procurou evidenciar, por meio do método dialético marxista, como a Rodovia Interoceânica pode impactar na geopolítica da região. Mostra-se claro então, que mais uma vez o capitalismo adquire mais força motriz para se manter como sistema econômico dominante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB SABER, Aziz. **Problemas da Amazônia Brasileira**. Entrevista a Dario Luís Borelli. Revista Estudos Avançados. 2005.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. **La pensse ratzelienne et la question colonial**. In. Cahiers de geographie du Quebec, vol. 38, n. 104, septembre, 1994, p. 151-164.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Geopolítica da Amazônia**. A Nova Fronteira de Recursos. Rio de Janeiro, Zahar Editora. 1982.

_____. **Novas Territorialidades na Amazônia**. Desafios as Políticas Públicas. Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 5, n 1, p. 17-23, jan. – abr. 2010.

_____. **Geopolítica da Amazônia**. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf> Acesso em: 10 nov. 2009.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. **Fronteira Amazônica e Planejamento na época da ditadura militar no Brasil**. Bol. Goiano de Geografia. V. 30, n. 01, p. 13-33. Jan-jul. – 2010.

CAPEL, Horacio. **Filosofia y Ciencia En La Geografía Contemporánea**. Una Introduccón a la Geografía. Barcelona: Editorial Barcanova, 1983.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis. Editora da UFSC, 2011.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson da. **A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia**. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 2, p. 298-312, 2014.

CUNHA, Davilson Marques. **Estado, Globalização e Governança Ambiental**. Os efeitos da integração econômica e do comércio internacional na Amazônia. Seminário Internacional – Amazônia e Fronteiras do Conhecimento. NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA, Belém, 2008.

DUROSSELLE, Jean-Baptiste. **Todo Império Perecerá**. In. As Fronteiras. Editora UnB. São Paulo. 2000.p. 61-80.

DUROJEANNI, Marc J. **Estudio de caso sobre la carretera Interoceanica em la amazonia sur del Peru**. Junho, 2006.

ELIAS, Denise. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais. V. 13, n. 2, novembro, 2011.

_____. **Globalização e Fragmentação do Espaço agrícola do Brasil**. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona. v. X, n. 218, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território**. UNESP. São Paulo. Projeto de Pesquisa. 2007.

FERREIRA, Marrielle S, GONÇALVES, Alexandre. **Discussão Teórica sobre a IIRSA**. São Paulo – SP. (sem data).

GOTTMANN, Jean. **Geography and International Relations**. World Politics. A quarterly journal of International Relations. Vol. III, número 2, janeiro 1951, p. 153-173.

HAAS, Ernest B. **Human Rights and International Action**. Stanford: Stanford Univ. Press, 1970.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo, Annablume, 2005 (Coleção Geografia e Adjacência).

_____. **O Novo Imperialismo**. São Paulo. Edições Loyola, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2008.

MARIANO, Karina Pasquariello. **Globalização, integração e o Estado**. São Paulo Lua Nova, 2007.

MEIRELLES FILHO, João. **O livro de ouro da Amazônia**. 5º Ed. Rio de Janeiro. Ediouro, 2006.

MORGUENTAL, Hans. **A Política entre as Nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI, 2003.

OLIVEIRA, Dalmo, GONÇALVES, Charles, RAMOS, Eraldo. **Problematizando a Integração Regional**. As conexões entre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Brasil. Revista Ideais – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. V. 7, n. especial. P. 260-304, 2013.

PENNA FILHO, Pio. **Interações regionais e pressões internacionais sobre a Pan-Amazônia** – Perspectivas brasileiras. Secretaria de Assuntos Estratégicos – Núcleo de Estudos Prospectivos, Estado Maior do Exército. Brasília, 2013.

PESSOA, Enock da Silva. **Trabalhadores da floresta do Alto Juruá**: Cultura e Cidadania na Amazônia. Rio Branco: Editora EDUFAC, 2004.

PLATÃO. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

PROCOPIO, Argemiro. **Subdesenvolvimento Sustentável**. 4 Ed. Curitiba. Juruá, 2009.

QUAINI, Massimo. **A Construção da Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

QUINTANEIRO, Tânia. **Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia de poder**. Terceira Parte: O território e o poder. Capítulo II – As Quadrículas do Poder. Editora Ática. São Paulo. 1993.p. 164-185.

RATZEL, Friedrich. **O Solo, Sociedade e o Estado**. Revista do Departamento de Geografia, n. 2 FFLC-USP, 1983. (Publicada em 1986).

RIBEIRO, Guilherme. **Paul Vidal De La Blache e a Formação do Campo História do Pensamento Geográfico**. Geo UERJ – Ano 13, n. 22, v. 2, Segundo Semestre de 2011, p. 232-249.

SACK, Robert David. **Human Territoriality**. Its theory and history. Cambridge Studies in Historical Geography, 1986.

SANT ANA, Maria Mirles, LEITE, Rafael Oliveira. **Interpretações sobre ações de integração na Amazônia Sul Ocidental**. A Rodovia Interoceânica e a Iniciativa MAP na Tríplice Fronteira Brasil, Peru e Bolívia. São Paulo – SP e Sobral – CE. 2013.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova**. Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Editora HUCITEC, 1986.

_____. **A Natureza do Espaço.** Técnica e Tempo Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2006.

SENHORAS, Elói Martins. **Prognósticos de uma discussão.** O projeto IIRSA entre o discurso oficial e as críticas. Selected Works, 2006.

SOUZA, Miguel de. **A Saída para o Pacífico.** Porto Velho. CNI-FIERO, 224p.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

VASCONCELLOS, Patrícia Mara Cabral de. **A IIRSA e a Segurança Regional.** Os Reversos da Integração da Amazônia no Eixo Peru-Brasil-Bolívia. (In) Integração Sul-Americana. Desafios e Perspectivas. Porto Velho – EDUFRO, 2011. p. 200-223.

ZELLAVOS, Enrique Amayo. **Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes.** Revista Estudos Avançados. V. 17, São Paulo Jan.- Apr. 1993.

ANEXOS

ANEXO A – TRATADO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO BRASIL-PERU

DECRETO Nº 86.246, DE 30 DE JULHO DE 1981.

*Promulga o Tratado de Amizade e Cooperação
Brasil-Peru.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 121, de 24 de novembro de 1980, o Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, celebrado em Brasília, a 16 de outubro de 1979;

CONSIDERANDO que o referido Tratado entrou em vigor, por troca dos Instrumentos de Ratificação, nos termos de seu Artigo XXIII, a 26 de junho de 1981;

DECRETA:

Artigo. 1º O Tratado de Amizade e Cooperação, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Artigo. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de julho de 1981; 160º da Independência e 93º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
R.S. Guerreiro

**TRATADO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DO PERU**

Sua Excelência o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, e

Sua Excelência o Senhor Presidente da República do Peru, General de Divisão E. P. Francisco Morales-Bermúdez Cerrutti,

RATIFICANDO sua plena observância dos princípios normativos das relações internacionais, entre os quais, a igualdade jurídica dos Estados, o direito à sua integridade territorial, a renúncia à ameaça ou ao uso da força, a autodeterminação dos povos, o fiel cumprimento dos tratados, a não-intervenção nos assuntos internos e externos dos Estados e a solução pacífica das controvérsias;

REITERANDO seu definitivo apoio aos princípios e normas que consubstanciam o compromisso da comunidade internacional para instaurar uma Nova Ordem Econômica Internacional, baseada no direito dos povos de traçar seu próprio caminho para o desenvolvimento integral em um contexto de cooperação que seja a expressão fiel da responsabilidade compartilhada para o desenvolvimento;

REFLETINDO seu apoio constante, às justas causas dos países em vias de desenvolvimento, ao esforço comum de encontrar novas fórmulas de cooperação entre países em desenvolvimento e o estímulo aos movimentos para concertar ações que conduzam a esquemas de integração na América Latina;

INSPIRADOS na tradição de paz, concórdia e amizade que sempre caracterizou as relações entre o Brasil e o Peru;

CONVENCIDOS de que a cooperação entre os seus países e a crescente coordenação de suas ações no plano internacional constituem, tanto um imperativo de vizinhança e uma decorrência do rico acervo de princípios, e propósitos que compartilham como um aporte relevante para a concretização dos seus respectivos projetos nacionais;

DESEJOSOS, nesse contexto, de ampliar e aperfeiçoar os instrumentos e mecanismos de que se têm valido para sua cooperação e coordenação;

TOMANDO EM CONTA o expressivo conjunto de acordos que rege e vitaliza o campo de suas relações bilaterais, e o interesse de sistematizar, num quadro de maior hierarquia, os princípios orientadores da cooperação expressa em tais acordos, em consonância com o alto nível atingido por suas relações;

EMPENHADOS, como importantes ribeirinhos do Rio Amazonas, em contribuir, em estreito entendimento e de forma consentânea com a sua responsabilidade internacional, para o êxito do processo instaurado pelo Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em Brasília, em 3 de julho de 1978; e,

PERSUADIDOS da fecundidade do diálogo político sobre matérias de interesse comum;

RESOLVERAM celebrar o presente Tratado de Amizade e Cooperação e, para esse fim, nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República Federativa do Brasil, a Sua Excelência o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

O Presidente da República do Peru, a Sua Excelência o Senhor Embaixador Carlos García Bedoya, Ministro das Relações Exteriores;

Os quais acordaram o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes resolvem estabelecer um mecanismo permanente de consulta, informação e cooperação em questões internacionais e em matérias de interesse comum. Esse mecanismo será acionado por via diplomática ou por intermédio da Comissão de Coordenação Brasileiro-Peruana, instituída pelo presente Tratado, a qual, com esse objetivo, se reunirá a nível de Ministros das Relações Exteriores ou de seus representantes, pelo menos uma vez por ano.

ARTIGO II

A Comissão de Coordenação Brasileiro-Peruana, que substitui a Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, terá por finalidade, avaliar, coordenar, acompanhar, promover e incrementar o processo de cooperação entre o Brasil e o Peru, em todos os seus campos, assim como servir de foro de discussão e coordenação entre os dois países. A Comissão proporá aos dois Governos as medidas que julgar pertinentes e, adequadas à consecução dos objetivos do presente Tratado.

1. A Comissão de Coordenação será composta por uma Seção brasileira e uma Seção peruana, coordenadas pelos respectivos Ministérios das Relações Exteriores e poderá estabelecer comissões e subcomissões específicas, assim como grupos de trabalho.

2. A Comissão de Coordenação Brasileiro-Peruana redigirá seu próprio regulamento, que será acordado por troca de notas, e aprovará os regulamentos dos órgãos que a integrem.

3. A Comissão de Coordenação Brasileiro-Peruana, celebrará reuniões ordinárias anualmente, de forma alternada, no Brasil e no Peru, e as datas e agendas respectivas serão fixadas por via diplomática. A Comissão poderá reunir-se extraordinariamente, a pedido de uma das Partes Contratantes.

ARTIGO III

As Partes Contratantes comprometem-se a ampliar e diversificar suas relações econômicas no âmbito bilateral, dando especial ênfase à busca de fórmulas e instrumentos

suscetíveis de incrementar e enriquecer, em bases mutuamente proveitosas, o seu comércio bilateral; à formação de empresas binacionais; à identificação e execução de projetos de complementação industrial; à cooperação financeira, em todos os seus aspectos; e aos investimentos de capitais públicos e privados e uma Parte no território da outra.

Na promoção das iniciativas a que alude o presente Artigo, as Partes Contratantes levarão devidamente em conta os compromissos e as oportunidades decorrentes de sua participação em processos de integração ou cooperação regionais e sub-regionais.

ARTIGO IV

As Partes Contratantes zelarão, com especial interesse, pela execução das disposições do Convênio Comercial e do Convênio de Abastecimento a Médio Prazo de Produtos, assinados em 5 de novembro de 1976, e adotarão as medidas necessárias para alcançar os objetivos colimados por esses Convênios.

ARTIGO V

As Partes Contratantes, tendo em vista o papel fundamental que os transportes e as comunicações devem desempenhar no contexto das relações entre os dois países, conferirão a máxima prioridade ao aperfeiçoamento dos vínculos existentes nesse setor.

Para tal fim, buscarão dinamizar a execução dos instrumentos bilaterais que assinaram sobre a matéria, entre os quais o Acordo sobre Transportes Aéreos, de 28 de agosto de 1953, o Convênio sobre Transportes Marítimos, de 12 de abril de 1973, o Convênio sobre Transportes Fluviais, de 5 de novembro de 1976, e os Acordos, desta última data, sobre o estabelecimento de um Sistema de Auxílio à Navegação no Rio Amazonas; sobre a Utilização de Estações Costeiras e de Navios na Região Amazônica; e sobre Uso Recíproco de Frequências Destinadas à Radiodifusão em Onda Média e ao Enlace Telefônico entre Manaus e Iquitos, assim como à Cooperação Técnica em Telecomunicações e Serviços Postais.

ARTIGO VI

As Partes Contratantes comprometem-se a acelerar os estudos e contactos para a execução dos diversos projetos de interconexão rodoviária dos dois países, de acordo com seus respectivos planos de desenvolvimento, vínculo que deverá multiplicar as oportunidades de desenvolvimento e complementação de suas respectivas regiões amazônicas e possibilitar o transporte das exportações e importações do Brasil pelo Oceano Pacífico e o transporte das exportações e importações do Peru pelo Oceano Atlântico.

ARTIGO VII

As Partes Contratantes, desejosas de incrementar o conhecimento recíproco dos valores e das manifestações culturais de seus povos e de continuar prestando-se colaboração na formação e no aperfeiçoamento profissional, intensificarão os programas e atividades previstos com tais objetivos no Convênio de Intercâmbio Cultural firmado entre ambas em 14 de julho de 1973.'

ARTIGO VIII

A Comissão Mista a que se refere o Artigo XIV do Acordo de Intercâmbio Cultural fica incorporada à Comissão de Coordenação criada pelo presente Tratado.

ARTIGO IX

Reconhecendo a existência de amplas e variadas possibilidades nos campos da cooperação científica e técnica, as Partes Contratantes comprometem seus esforços para o máximo aproveitamento daquelas possibilidades, nos termos do Convênio sobre Bases para a Cooperação Econômica e Técnica, de 29 de novembro de 1957, do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, de 8 de outubro de 1975, e do Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica, de 30 de novembro de 1966.

ARTIGO X

As Partes Contratantes, conscientes da importância crescente do papel que a Amazônia deve desempenhar como elemento de união entre os seus países e como ponto focal de um

vasto processo de cooperação, sob a égide do Tratado de Cooperação Amazônica, subscrito em Brasília em 3 de julho de 1978, coincidem em outorgar a mais alta prioridade à execução dos compromissos que as vinculam quanto a essa região.

Artigo XI

Nas nações que se realizem para dar execução ao disposto no Artigo anterior, as Partes Contratantes levarão em conta as seguintes premissas:

1. a soberania de cada país na formulação de políticas de desenvolvimento nacional ou regional e na exploração dos recursos naturais do seu território, respeitados os princípios do Direito Internacional e a boa prática entre nações vizinhas e amigas;
2. a convicção de que a união de esforços e a coordenação de ações entre si e com os demais países da região amazônica contribuirão para acelerar o desenvolvimento das respectivas áreas amazônicas, em consonância com os objetivos nacionais de cada Parte;
3. a necessidade de alcançar uma justa e equilibrada conciliação entre os imperativos do desenvolvimento econômico e social e a preservação do meio ambiente; e
4. a conveniência do uso racional e da cooperação, quando for o caso, no aproveitamento dos recursos naturais existentes em seus respectivos territórios amazônicos.

ARTIGO XII

As Partes Contratantes terão sempre presente o interesse em harmonizar as ações que empreenderem quanto à Amazônia, no campo bilateral, com os compromissos que ambas assumiram no Tratado de Cooperação Amazônica, de 3 de julho de 1978.

ARTIGO XIII

Tendo em vista a importância da navegação fluvial e a significativa participação que corresponde aos rios no desenvolvimento da Amazônia, as Partes Contratantes envidarão esforços nos processos de cooperação bilateral ou multilateral de que participem, a fim de que os rios amazônicos preencham cabalmente aquelas funções e contribuam para o progresso da região em seu conjunto.

Com tal espírito, e em atenção à sua condição de importantes ribeirinhos do Amazonas, ambas as Partes darão todo seu apoio a estudos e projetos que permitam identificar e concretizar, em breve prazo, as múltiplas potencialidades daqueles rios, e ratificam - em bases de reciprocidade - a mais ampla liberdade de navegação comercial no Amazonas e nos rios internacionais dessa região, de acordo com os direitos que outorgaram por atos unilaterais, com o regime estabelecido no Tratado de Limites, Comércio e Navegação, de 8 de setembro de 1909, e com os princípios e normas do Direito Internacional, observando os regulamentos fiscais e de polícia vigentes ou que se adotem nos territórios de cada uma delas.

ARTIGO XIV

As Partes Contratantes intensificarão e sistematizarão, o intercâmbio de informações e a cooperação entre as entidades responsáveis pelo desenvolvimento de seus respectivos territórios amazônicos, assim como entre as instituições científicas e outros organismos especializados dedicados ao estudo da região. Nesse contexto, poderão empreender projetos conjuntos de estudos e pesquisas com a assistência, se necessário, de fontes externas.

ARTIGO XV

No que se refere aos recursos hídricos dos rios amazônicos internacionais, as Partes Contratantes ratificam sua decisão de utilizá-los de forma racional, em conformidade com as normas do Direito Internacional e de acordo com a boa prática existente entre elas.

ARTIGO VI

As Partes Contratantes intercambiarão informações sobre seus lineamentos de desenvolvimento rural e adotarão medidas conjuntas para impulsionar e melhorar o aproveitamento do potencial florestal, agropecuário e pesqueiro de seus respectivos territórios amazônicos, incluindo a aplicação de novas tecnologias de interesse comum. Para tal fim,

organizarão conjuntamente, quando for o caso, a prevenção e o controle fito-sanitário e veterinário e cooperarão no que respeita ao material genético e científico.

ARTIGO XVII

Reconhecendo a importância da coordenação de ações previstas no Acordo Sanitário para o Meio Tropical, de 5 de novembro de 1976, as Partes Contratantes redobrarão esforços para que a experiência adquirida, em separado, em seus respectivos territórios, contribua para a melhoria da saúde e do bem estar das populações ao meio tropical do Brasil e do Peru.

ARTIGO XVIII

Em conformidade com o disposto no Acordo para Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos do Brasil e do Peru, de 7 de novembro de 1975, as Partes Contratantes redobrarão esforços para que a execução desse ato internacional se processe de acordo com a responsabilidade que lhes corresponde na conservação de seus recursos naturais, adotando as disposições necessárias para preservar o patrimônio natural, de maneira a contribuir para melhorar as condições de vida na região.

ARTIGO XIX

As Partes Contratantes reiteram o propósito de fazer da fronteira comum um eficaz e dinâmico elemento de fraterna vinculação e entendimento. Para esse efeito, buscarão facilitar o trânsito de pessoas, bens, embarcações e veículos pela fronteira; fomentar e liberalizar, em bases mutuamente proveitosas, o comércio entre as populações residentes de um e do outro lado da linha demarcatória; levar avante, com regularidade, os trabalhos da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos de Fronteira, previstos no Acordo estabelecido por troca de notas de 6 de outubro de 1975, e fomentar o desenvolvimento de suas respectivas zonas fronteiriças com base na cooperação.

ARTIGO XX

A fim de dar à sua cooperação em assuntos amazônicos a hierarquia compatível com a alta prioridade que ocupa no conjunto de suas relações, as Partes Contratantes decidem elevar a Subcomissão Mista para a Amazônia, criada pelo Acordo de 5 de novembro de 1976, a Comissão Mista de Cooperação Amazônica.

Essa Comissão reger-se-á pelas disposições do mencionado Acordo e pelo Regulamento da Subcomissão Mista, aprovado em 3 junho de 1977, e ficará incorporada à Comissão de Coordenação Brasileiro-Peruana prevista no Artigo I do presente Tratado.

ARTIGO XXI

A Comissão Mista de Cooperação Amazônica se reunirá em caráter ordinário uma vez por ano, alternadamente em território de cada uma das Partes Contratantes, podendo realizar sessões extraordinárias por mútuo acordo.

O lugar e a data das reuniões serão fixados por via diplomática.

ARTIGO XXII

As Partes Contratantes, no âmbito do Convênio de Cooperação Turística de 7 de novembro de 1975, promoverão iniciativas particulares e facilitarão, em sua esfera de competência, programas destinados a conjugar esforços para o desenvolvimento das correntes turísticas entre o Brasil e o Peru, assim como a atração de turismo externo para os seus territórios.

ARTIGO XXIII

O presente Tratado entrará em vigor na data da troca dos respectivos Instrumentos de Ratificação e terá vigência indefinida. Qualquer das Partes Contratantes poderá denunciá-lo, cessando seus efeitos 90 dias após o recebimento da notificação da denúncia.

Em fé do que, os abaixo assinados firmam o presente Tratado, em dois exemplares originais, cada um nos idiomas português e castelhano, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Feito na cidade de Brasília, aos 16 dias do mês de outubro de 1979.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL:

(RAMIRO SARAIVA GUERREIRO)

PELA REPÚBLICA DO PERU:

(Carlos Garcia Bedoya)

ANEXO B – ACORDO SOBRE INTERCONEXÃO RODOVIÁRIA

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU SOBRE INTERCONEXÃO RODOVIÁRIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Peru,

CONSIDERANDO os objetivos de integração viária e de facilitação do transporte contidos no Convênio **sobre** Transporte Internacional Terrestre, concluído em Mar del Plata, a 11 de novembro de 1977;

CONSIDERANDO os propósitos de estreita cooperação e entendimento que animam os países amazônicos, consagrados no Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em Brasília a 3 de julho de 1978;

CONSCIENTES de que a vinculação entre seus respectivos territórios redundará em benefício de seu desenvolvimento econômico e social, e principalmente do intercâmbio comercial e do transporte normal e fluído em ambos os sentidos;

ANIMADOS pela tradição de paz, concórdia e amizade que tradicionalmente caracterizou as relações entre os dois países;

DESEJOSOS de fortalecer a integração continental, que norteia o relacionamento entre os países membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI); e

CONSIDERANDO, em especial, o disposto nos Artigos III e VI do Tratado de Amizade e Cooperação, concluído em Brasília, a 16 de outubro de 1979, que entra em vigor nesta data,

ACORDAM o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes decidem estabelecer uma **interconexão** entre os sistemas rodoviários dos dois países, e para tanto determinam que o ponto prioritário para tal **interconexão** se situa frente às localidades de Assis Brasil, no território brasileiro, e Iñapari, no território peruano.

ARTIGO II

As Partes Contratantes convêm em conceder prioridade à **interconexão** pelo ponto de fronteira indicado no Artigo I, com base no estágio de desenvolvimento das vias de transporte de ambos os países, especialmente das compreendidas na Rede Fundamental de Transportes do Cone Sul.

ARTIGO III

As Partes Contratantes promoverão a troca de informações **sobre** a evolução de seus respectivos programas rodoviários de interesse para a concretização da **interconexão**, e darão, ao mesmo tempo, o apoio necessário à cooperação técnica bilateral para a consequente habilitação das rodovias internacionais entre os territórios do Brasil e do Peru, e em especial entre as suas Capitais.

ARTIGO IV

Para a consecução dos objetivos do presente **Acordo**, e levando em consideração o disposto nos Artigos II e VI do Tratado de Amizade e Cooperação, de 16 de outubro de 1979, as Partes Contratantes Promoverão reuniões periódicas de técnicos em transportes dos dois países, a fim de possibilitar o melhor acompanhamento e medidas de interesse comum, bem como para

permitir a coleta de informações necessárias à definição de novos pontos para interconexões futuras.

ARTIGO V

Tendo em conta que a ligação internacional terrestre Brasil-Peru objetiva a maior integração física dos países latino-americanos, ao mesmo tempo em que facilita o transporte multilateral, as Partes Contratantes, dentro de um espírito de cooperação, procurarão desenvolver esforços junto a organismos internacionais com vistas à obtenção de apoio e financiamentos para as obras necessárias à concretização da **interconexão rodoviária** e sua habilitação para o tráfego internacional.

ARTIGO VI

Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra da conclusão das respectivas formalidades necessárias à aprovação do presente **Acordo**, o qual terá vigência a partir da data da Última dessas notificações.

Feito em Lima, aos 26 dias do mês de junho de 1981, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DO PERU:

ANEXO C – DECLARAÇÃO DE RIO BRANCO

DECLARAÇÃO DE RIO BRANCO

O Presidente da República Federativa do Brasil,

José Sarney,

e

O Presidente da República do Peru,

Alan García Pérez,

Animados pelo propósito de estreitar as relações que vinculam nossos países, reunimo-nos nos dias 2 e 3 de julho de 1987 nas localidades de Rio Branco e Puerto Maldonado, na zona de fronteira brasileiro-peruana.

Confirmamos o espírito de paz e fraterna cooperação que caracteriza as relações entre os dois países e o desejo de demonstrar, com fatos, a prioridade que nossos Governos concedem a seus territórios fronteiriços, e de levar a cabo um programa de ação para impulsionar as relações bilaterais no âmbito amazônico, particularmente a promoção do desenvolvimento das regiões fronteiriças entre ambos os países.

Reafirmamos a convicção comum de que a cooperação é essencial para levar o progresso aos territórios amazônicos de ambos os países, promovendo uma maior integração entre si e uma melhor articulação com suas economias nacionais, assegurando, assim, o desenvolvimento econômico e social de suas populações.

Ratificamos a prioridade que nossos Governos outorgam ao Tratado de Cooperação Amazônica, cujas normas e mecanismos constituem plena garantia do direito e exclusiva responsabilidade que temos, como países signatários, na conservação e no aproveitamento racional dos recursos naturais dos territórios amazônicos sob as soberanias nacionais de nossos respectivos países.

Decidimos intensificar esforços para dinamizar esse processo de colaboração subregional e concertar acordos e entendimentos operativos orientados para o desenvolvimento dos diversos aspectos contemplados pelo Tratado de Cooperação Amazônica, particularmente no que se refere à navegação fluvial e à melhoria das vias navegáveis; à prestação de serviços de saúde; ao reflorestamento e à preservação do meio ambiente; à interconexão viária; ao comércio fronteiriço; à agricultura e agropecuária; ao trânsito de pessoas, veículos e mercadorias; ao turismo; à pesquisa científica e tecnológica; à cooperação consular, e a gerar formas de complementação que reforcem as medidas previstas nos respectivos planos nacionais.

Reiteramos o especial interesse dos dois países em explorar e promover formas adequadas de cooperação com vistas a melhorar a navegação dos rios amazônicos, em concordância com o estabelecido no Tratado de Cooperação Amazônica e nos instrumentos bilaterais vigentes.

Coincidimos em que os Estados ou Departamentos das regiões amazônicas respectivas exigem programas especiais de assistência para melhorar as condições de vida de seus habitantes e

a prestação de serviços essenciais na área de saúde. Com esse propósito, concordamos em que os setores nacionais competentes do Brasil e do Peru, em coordenação com as respectivas instituições regionais, estudem um programa de cooperação apropriado para estender os serviços médico-assistenciais vigentes na atualidade.

Feito na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, da República Federativa do Brasil, em do mês de julho de mil novecentos e oitenta e sete, em dois exemplares originais, nos idiomas português e esp

